

Capítulo 2

Povo, democracia e legalidade frente à ampliação da participação política

Durante boa parte dos anos 50, a sociedade chilena esteve sob o signo da Lei de Defesa Permanente da Democracia. Esta lei instituiu um quadro de repressão legalizada e de perseguições que se manteve até a sua derrogação, em agosto de 1958, no final do governo de Carlos Ibáñez. Contudo, este cenário não impediu nem a atuação comunista, nem as recorrentes manifestações de indignação popular frente aos rumos políticos e econômicos do país. No início de 1957, em meio a uma grave crise econômica e ao aumento desenfreado dos preços dos bens de consumo fundamental, uma série de protestos culminou em um confronto violento de grandes proporções, ocorrido entre os dias 2 e 3 de abril. Marcados pela incompreensão, os conflitos de abril parecem consolidar, cada vez mais, a presença do povo enquanto ator decisivo para os rumos políticos do país, ou, ao menos, a necessidade premente de melhor compreensão de seus anseios e demandas.

Neste mesmo ano, as crescentes demandas por maior participação política, somadas à reconfiguração das forças político-partidárias, ocorrida em meio ao desgaste da experiência ibanista, possibilitaram a efetivação de mudanças significativas na cena eleitoral. Em virtude do cenário de baixa participação imposto pelo sistema vigente, estabeleceu-se um conjunto de reformas eleitorais que conduziram à expansão da cidadania e das possibilidades de participação política para todos os setores do país²³⁸. Promulgadas às vésperas do pleito presidencial, as novas leis impuseram a cédula única de votação confeccionada pelo Estado. Esta medida reduziu em muito as fraudes, a corrupção eleitoral e o efeito da diferença de poder financeiro dos partidos, até então responsáveis pela impressão de suas cédulas particulares. Além disto, proibiam os pactos políticos locais e reorganizavam o sistema de alistamento, possibilitando a ampliação das inscrições. Por fim, em meio aos protestos dos partidos de direita, restabeleceram

²³⁸ Ver Alfredo Riquelme Segovia. *Rojo Atardecer: El comunismo chileno entre dictadura y democracia*. Santiago del Chile: centro de investigaciones Diego Barros Arana; Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2009, p.77.

os direitos políticos dos comunistas que haviam sido excluídos dos registros eleitorais e devolveram o Partido Comunista à legalidade, abrindo espaço efetivo para a massificação do sufrágio no Chile²³⁹.

Diante deste cenário, este capítulo se propõe a realizar três movimentos. Em primeiro lugar busca-se realizar uma breve discussão sobre o discurso e a experiência do governo de Carlos Ibáñez, enquanto tentativa inicial de incorporação de um conjunto de novas demandas populares. Posteriormente, a partir dos editoriais da imprensa, analisa-se a utilização e resignificação dos conceitos de povo, democracia e legalidade, no contexto da unificação das forças de esquerda em torno da *Frente de Acción Popular* (FRAP) e do processo de fundação do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC). Finalizada em julho de 1957, a estruturação destas novas forças se deu ainda sob o impacto dos protestos populares de abril, mas já projetando o pleito presidencial do ano seguinte. Por fim, procura-se refletir sobre a repercussão do conjunto de reformas eleitorais que incluiu a derrogação de Lei de Defesa Permanente da Democracia e o substancial aumento do eleitorado que delas se origina. Concluídas em agosto de 1958, as reformas causaram impacto no desenvolvimento das campanhas políticas para a eleição presidencial que se realizaria no início do mês seguinte. Nestes debates, os conceitos aqui relacionados foram utilizados com distintos matizes.

2.1- A alternativa política de Ibáñez e a tentativa de construção de um novo discurso

Conforme se procurou analisar no Capítulo 1, o gradual processo de expulsão dos comunistas da cena política oficial chilena ocorrido durante os anos de 1947 e 1948 culminou com a promulgação da *Ley de Defensa Permanente de la Democracia*, conhecida por seus detratores como *Ley Maldita*. A lei impôs uma série de restrições às liberdades democráticas de inúmeros cidadãos e abriu espaço legal para a perseguição e prisão de membros do Partido Comunista,

²³⁹ Este processo de massificação iniciou-se com as reformas de 1949, que incorporaram o voto feminino, e foi completado com a obrigação do sufrágio, em 1962, e com a extensão do direito de voto aos maiores de 18 anos e analfabetos, em 1970. Tomás Moulian e Isabel Torres. *Discusiones entre honorables: las candidaturas presidenciales de la derecha entre 1938 y 1946*, Santiago: Akhileus, 2011, p. 10.

simpatizantes, e mesmo daqueles a que se atribuía a pecha de comunista²⁴⁰. Para aprovar medidas de tal magnitude, o governo de Gabriel González Videla, apoiado por determinados setores anticomunistas, adotou um discurso ao qual se atribuía significados específicos aos conceitos de democracia, povo e legalidade. Como vimos, em meio a um processo de intensos debates no Congresso Nacional e em toda a imprensa chilena, estas noções foram utilizadas a partir de distintas nuances de significado no discurso dos atores políticos a favor ou contra a proscricção dos comunistas.

Embora tenha sido aprovada com ampla maioria, as discussões em torno da *Ley Maldita* contribuíram para uma reconfiguração no cenário político-partidário chileno. Entre os conservadores, a virulência dos debates expôs de forma definitiva suas evidentes fissuras internas. Apontadas anos antes, por ocasião da formação da Falange Nacional, estas divisões se expressavam nas disputas entre as correntes social-cristã e tradicionalista, que culminaram na divisão do partido em 1949²⁴¹. A Lei de Defesa Permanente da Democracia também abalou a frágil unidade entre comunistas e socialistas, levando os últimos a se dividir em duas agremiações²⁴². A duras penas, os comunistas tentavam se reorganizar na clandestinidade. Em um período que pode ser definido como a expressão máxima do *Macarthismo* chileno²⁴³, os comunistas se esforçaram para

²⁴⁰ Como vimos, a aplicação da lei, que visava eliminar os comunistas dos registros eleitorais e expulsá-los de cargos públicos, requereu uma complexa burocracia. A formação de um novo gabinete político para coordenar um trabalho que incluía a elaboração de listas de proscritos em meio a um ambiente de preparativos para as eleições legislativas de 1949 possibilitou o aparecimento de inúmeros abusos a uma lei já abusiva. Em virtude de disputas e contendas locais, foram denunciados como tal diversos não-comunistas opositores ao governo. Entre eles, falangistas, socialistas e até mesmo conservadores. Ver Carlos Huneeus, *La guerra Fría Chilena: Gabriel González Videla y la ley maldita*. Santiago de Chile: Random House Mondadori, 2008, p. 249.

²⁴¹ A ruptura política no “mundo católico” chileno parecia inevitável frente ao crescente avanço da doutrina social cristã entre os conservadores. No entanto, o projeto de proscricção dos comunistas e a posterior incorporação de conservadores ao governo, contrariando as orientações da liderança do partido, acirraram ainda mais as divergências entre as correntes do Partido Conservador.

²⁴² Desde 1946, as tensões entre comunistas e socialistas já se materializavam no meio sindical em efetivas batalhas campais como no caso da violenta repressão às greves dos mineiros. Ao longo do ano seguinte, os enfrentamentos se mantiveram em novas mobilizações de rodoviários, ferroviários e mineiros da região de Lota e Coronel. Cf. cap. 1, p. 95-97.

²⁴³ Faço uso desta definição a partir das reflexões de Alfredo Riquelme Segóvia. Op. cit., p. 68-71. O termo macarthismo deve seu nome ao senador norte-americano Joseph McCarthy, um dos principais incentivadores de uma ação classificada por Eric Hobsbawn como “sinistro e irracional frenesi de caça às bruxas anticomunista”. Iniciada com claros objetivos de capitalização política, a ação envolveu a perseguição política e a violação de direitos fundamentais de cidadãos norte-americanos sob suspeita de colaborar com o comunismo. Atingindo desde funcionários públicos a produtores culturais com violentas e atropeladas investigações, o movimento teve seu ápice na

manter sua política de alianças e sua atuação no meio sindical. No final do mandato de González Videla, recuperaram parcialmente a possibilidade de construção de um discurso público, acusando o presidente “traidor” de subordinar definitivamente o Chile à hegemonia política e econômica do imperialismo norte-americano²⁴⁴. Em 1952, a assinatura do pacto militar bilateral com os EUA, sob o lema da “solidariedade hemisférica”, foi vista pelos comunistas como a incorporação do Chile aos “planos belicistas do imperialismo contra a URSS e os países do “campo democrático””²⁴⁵. Como já acontecera durante os debates para sua proscricção, os comunistas procuraram inverter a oposição semântica, propagandeada pelos Estados Unidos e por setores anticomunistas chilenos, entre democracia e comunismo-totalitarismo, para uma nova definição que opunha democracia ao imperialismo. Em verdade, ao longo de todo seu período de ilegalidade, o Partido Comunista decidiu manter-se no sistema, optando por concentrar seus esforços na luta política em prol da legalização e da defesa das liberdades democráticas, ao invés do caminho da confrontação. Mesmo sob o risco de divisões internas, este rumo reforçou um discurso de valorização da democracia²⁴⁶, que se materializava em um projeto de implantação do socialismo em democracia. Naquele momento, esta noção de democracia também se associara às demandas pela ampliação do sufrágio e incorporação de todos os setores da sociedade chilena no jogo político-partidário.

Muitos foram os danos causados pela “*Ley Maldita*” aos comunistas. Entretanto, a despeito da violência praticada contra seus membros, alguns autores

primeira metade dos anos 50. Eric Hobsbawn. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo; Companhia da Letras, 1995, p. 232.

²⁴⁴ Durante a recessão de 1947, o governo sustentou uma política de industrialização dependente dos Estados Unidos que buscava minimizar as pressões inflacionárias “às expensas dos trabalhadores”, controlando reivindicações salariais. A administração de González Videla gradualmente se aproximou das “camadas médias” e dos setores privilegiados, subsidiando atividades burocráticas e a indústria de alto custo. Após o banimento dos comunistas, as relações econômicas com os Estados Unidos se estreitaram ainda mais intensificando empréstimos, investimentos e missões técnicas no Chile. Paul Drake. Chile 1930-1958. In: Leslie Bethell. *The Cambridge History of Latin America: Latin America since 1930 – Spanish South America*. London: Cambridge University Press, 1991, Volume VIII, p. 303. Para o autor, a adoção desta política, representou o final da “era radical”, pois gerou desencanto entre muitos chilenos. A administração de González Videla evidenciou as contradições deste modelo político ao prometer elevar a condição dos trabalhadores e assegurar a sua independência econômica e terminar seu mandato, “suprimindo o trabalho e abraçando os EUA”.

²⁴⁵ Alfredo Riquelme, op.cit., p. 69.

²⁴⁶ Ver, Tomás Moulian. *La forja de las ilusiones: El sistema de partidos, 1932-1938*. Santiago: Ediciones Akhileus, 2009, 95-96.

entendem que a medida pouco afetou a estrutura do partido²⁴⁷. De fato, talvez o partido que mais tenha sentido os efeitos da aprovação da lei foi o próprio Partido Radical. Esta, em um primeiro momento, permitiu que o governo de González Videla paralisasse a mobilização popular e sufocasse a onda de greves que se acentuara a partir de 1946. Contudo, não foi capaz de conter a insatisfação contra a administração radical. Com os comunistas fora da lei, se tornou pouco efetivo o argumento de que sua ação sediciosa era a grande responsável pelos males econômicos e políticos chilenos²⁴⁸. Isto enfraqueceu o poderio eleitoral radical e dificultou o estabelecimento de novas alianças para o pleito presidencial seguinte. O desencanto com o radicalismo também se refletia no desprestígio dos outros partidos tradicionais e na sua forma de “fazer política”. Todo este cenário reforçava a noção de que os partidos conduziam suas ações parlamentares em função de interesses particulares de poder. A crítica aos partidos foi acompanhada de um desejo de democratização dos processos eleitorais e de diminuição do poder político das “classes dominantes”²⁴⁹.

No final de 1952, a vitória do ex-ditador Carlos Ibañez del Campo no pleito presidencial determinou o fim das experiências de governo da já combalida *Frente Popular*. O general Ibañez, candidato derrotado em 1938 e 1942, chegou à

²⁴⁷ Para Carlos Huneeus, a clandestinidade também ajudou a criar uma “mística de admiração” entre dirigentes e militantes do partido por sua luta contra as adversidades, que ampliou sua influência entre os sindicatos. *Lecciones a 60 años de la “Ley Maldita”*. In: *Revista Mensaje*. Santiago. N. 572, setembro de 2008, p. 44-47.

²⁴⁸ Marcelo Casals. *Anticomunismos, Política e ideología en Chile. La larga duración de la “Campaña del Terror” de 1964*. Tesis para optar el grado de Magíster en Historia. PUC-Chile, Instituto de Historia, 2012, p. 210. Além da ideia de “traição” presente na esquerda, a adoção de uma política “zigzagueante” que ora se aproximava de uma direita liberal, ora voltava-se para uma preocupação social de cunho eleitoreiro, reforçou a identificação da imagem radical com uma política oportunista, ineficaz, corrupta e construída a partir de redes clientelísticas. Ao longo de todo período radical a frente do governo chileno, adotou-se um projeto de desenvolvimento que tentava combinar a industrialização capitalista apoiada pelo Estado, com uma relativa democratização política e social. Após a adoção da Lei de Defesa Permanente da Democracia e o estabelecimento do “gabinete de concentração nacional”, também composto por Liberais e Conservadores tradicionalistas, o Ministro da Fazenda Jorge Alessandri aplicou, entre os anos de 1948 e 1950, um plano econômico de estabilização e austeridade que restringiu os gastos públicos e congelou salários e preços. A insatisfação social gerada por estas medidas levou o governo a voltar atrás e formar um novo gabinete, chamado “sensibilidade social”, agora composto por falangistas e conservadores social-cristãos, com o intuito de recuperar seu prestígio junto à população, que, ao fim e ao cabo, não obteve resultados concretos. Tomás Moulian, *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende*. Santiago: LOM ediciones, 2006, p. 151-153.

²⁴⁹ Tomás Moulian afirma que este sentimento de decepção era acompanhado pela sensação de que era urgente se imprimir mudanças de conteúdo popular, antioligárquicas. 2006, op. cit., 153. Este cenário já se evidenciara no pleito parlamentar de 1949, quando mais de um terço do novo Congresso foi composto por minúsculas agremiações oriundas de frações, mesmo temporárias, dos grandes partidos tradicionais. Simon Collier e William Sater. *Historia de Chile. 1808 – 1994*. Madrid: Cambridge University Press, 1998, p. 221.

presidência da República insistindo em um discurso nacionalista, suprapartidário, pluriclassista, de apelo à *chilenidade* e ao “povo” chileno, pautado pela independência dos partidos. Afastado das tendências fascistas que o acompanharam no pleito de 1938, Ibáñez contava com o apoio dos grupos nacionalistas que mantiveram críticas à democracia liberal e ao marxismo, propondo uma “democracia funcional” de estilo corporativista²⁵⁰. Seu objetivo era atrair o eleitorado independente, que incluía o contingente de descontentes entre as camadas “médias” e “trabalhadoras”, para uma “revolução pelo trabalho” de cunho moralista, livre da corrupção e da “politicagem”. Prometendo representar a todos os chilenos “acima de partidarismos mesquinhos” e valendo-se de uma vassoura como símbolo de campanha, o “general da vitória” se dispunha a varrer os maus políticos, conter a inflação e defender a soberania chilena²⁵¹. Desta vez, ao contrário do que acontecera em 1942, a noção de povo apresentada na estratégia de campanha de Ibáñez procurou aproximá-lo cada vez mais do trabalhador organizado.

El verdadero pueblo chileno, formado esencialmente por sus clases trabajadoras, [el que] permanece felizmente, incontaminado, y sabe distinguir, con claro instinto colectivo, donde está el bien y el mal, donde los que anhelan la grandeza de nuestro país e donde los que solo persiguen su ruina, a cambio de vergonzosos cuanto fáciles encumbramientos personales²⁵².

O discurso ibanista, com as distintas nuances inerentes a um longo período de atuação, pode ser entendido pelo viés de uma tentativa de dar conta das novas demandas populares e do papel efetivo das massas no processo eleitoral. A despeito deste esforço, Ibáñez não se furtou a buscar apoio nas mais diversas correntes partidárias, tanto de direita quanto de esquerda, ao longo de sua trajetória política. Da mesma forma, seu discurso de independência e a adoção de uma política de intervenção estatal para tentar reerguer a economia chilena não foram suficientes para que seu governo conseguisse eliminar a dependência externa, nem o atraso no setor agrícola, ainda sustentado pelo grande latifúndio. Logo no início de sua administração, Ibáñez tentou reduzir a especulação e

²⁵⁰ Joaquim Fernandez Abara, *El ibañismo (1937-1952): un caso de populismo en la política chilena*. Santiago de Chile: Instituto de Historia – PUC-Chile; LOM ediciones, 2007, p. 128.

²⁵¹ Paul Drake, op. cit., p. 305.

²⁵² Discurso del Diputado D. Gustavo Arqueros R. (Pronunciado na proclamação de Ibáñez pelos ibanistas independentes em 22/05/1952, em Varas Calvo). Apud. Joaquim Fernandez Abara, op. cit., p.173.

favorecer o desenvolvimento a partir de uma política de redistribuição de renda e democratização social²⁵³. Ao mesmo tempo em que favoreceu a reorganização dos trabalhadores através de medidas impulsionadas pelo Ministério do Trabalho, controlado pelo Partido Socialista Popular, o governo reafirmou todos os compromissos estabelecidos com os Estados Unidos, manteve a Lei de Defesa Permanente da Democracia e a ilegalidade dos comunistas²⁵⁴.

Nas eleições parlamentares de 1953, se acentuou a fragmentação partidária evidenciada em 1949. Desta vez, 19 partidos obtiveram assentos no Congresso e os três principais partidos históricos (Conservador, Liberal, Radical) conquistaram apenas 33% dos votos. Já os partidos próximos ao *ibanismo*, mesmo divididos em muitas agremiações, tiveram desempenho acima do esperado²⁵⁵. Apesar desta maioria, o governo não foi capaz de construir uma aliança política que sustentasse as promessas assumidas em campanha. Aparentemente controlada nos primeiros meses de governo, a crise econômica reapareceu com mais força²⁵⁶. As medidas de intervenção estatal adotadas pelo novo gabinete, além de não conseguirem conter a inflação, desagradaram um empresariado que se mostrava vacilante em virtude da presença socialista no governo, fato que também gerava resistências na ala “direitista” da base ibanista. Desde o início de 1953, com a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a atividade sindical organizada recuperara um papel importante e o governo enfrentou uma série de movimentos

²⁵³ Dentre as medidas efetivas nesta direção, destaca-se a criação do Banco del Estado, o aumento das atribuições do Banco Central, a criação do Instituto Nacional de Comercio (INACO), organismo destinado a intervir no comercio interno e formação da Superintendência de Abastecimento e Preços. Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 159.

²⁵⁴ A confirmação deste alinhamento com a política anticomunista dos Estados Unidos aconteceu justamente no momento em que a Guerra Fria atravessava um momento crítico, em meio ao clima enraivecido do macarthismo nos Estados Unidos e do stalinismo tardio da União Soviética. Alfredo Riquelme, op. cit., p. 69.

²⁵⁵ Dentre as diversas agremiações próximas ao *ibanismo*, o Partido Agrário Laborista saiu do pleito como principal força política individual no Congresso. Em sua base de apoio, destacou-se ainda o Partido Socialista Popular, com cerca de 7% dos votos. Estes partidos assumiram os ministérios chave no novo gabinete formado por Ibáñez. Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 160; Luis Hernández Parker. Elecciones 1953 y pluralidad de partidos políticos tras elección de Ibáñez. 17/03/1953. In: Pamela Hernández y Silvia Hernández (selection). *Señores Auditores: muy buenas tardes*. Santiago: LOM, 2010, p. 57-59.

²⁵⁶ É verdade que Ibáñez já assumira enfrentando um déficit no orçamento e sérios problemas na situação fiscal do país. O armistício na Guerra da Coreia, em julho de 1953, forçou uma queda no preço do cobre, desequilibrando ainda mais as finanças públicas. Para tentar contornar os problemas econômicos, o governo solicitou a aprovação no Parlamento de uma lei de Faculdades Extraordinárias para implantar uma legislação que ampliasse o controle público da economia, carregando nas tintas na descrição do cenário econômico chileno e buscando referendá-la no massivo apoio cidadão, obtido nas urnas pelo presidente Ibáñez. Luis Hernández Parker. Crisis económica al comenzar el gobierno de Carlos Ibáñez. 20/11/1952. op. Cit., p. 55-56.

grevistas por melhores condições de vida, organizados pela CUT. O organismo sindical também lutava pela derrogação da Lei de Defesa Permanente da Democracia e pela revogação da chamada circular Yanez-Koch, que restringia a ação do movimento sindical. Em meio a duros enfrentamentos, como nos casos das greves gerais de 1954 e 1955, o governo, em vez de revogar as medidas, fez uso das atribuições da *Ley Maldita* para reprimir as paralisações e prender os dirigentes da CUT²⁵⁷.

Neste cenário de conflitos, foram alçadas ao gabinete ministerial personalidades independentes, ligadas a um nacionalismo de direita, autoritário, que ganhara novo ânimo com a chegada de Ibáñez ao poder²⁵⁸. A passagem deste grupo pelo gabinete ministerial foi curta, pois suas propostas sofreram a oposição no Congresso. Entretanto, sua presença junto ao governo e o próprio passado ditatorial do general, desde o início de sua administração, despertaram desconfianças quanto à manutenção da estabilidade do regime democrático no Chile. Em verdade, Ibáñez conviveria com diversas tendências golpistas ao longo de todo seu mandato, sem, contudo, se deixar seduzir por soluções de força²⁵⁹.

²⁵⁷ O Decreto de Insistência Yanez-Koch, instituído pelo governo Ibáñez, ratificava uma circular de 1948, elaborada pelos ministros do Interior e do Trabalho, Inmanuel Holger e Luis Felipe Letelier, que instituíam um sistema de investigação policial para identificação prévia da posição política de sindicalistas. A polícia de investigação teria acesso prévio às listas de candidatos a dirigentes sindicais, podendo excluir administrativamente todos aqueles que imaginavam pertencer à “ideologia comunista”. Carlos Hunneus, op. cit., p. 365 – 366. Neste contexto, não custa lembrar que nos setores público e fiscal as greves estavam proibidas, e, por tanto, ilegais. Tampouco estava autorizado o funcionamento dos sindicatos. Entretanto, estas funcionavam sob outras legendas e, ainda que ilegais, as greves eram uma prática habitual. Fato que demonstra o reconhecimento de uma legalidade de fato, que era oposta apenas por um discurso de setores de direita sob a invocação da ordem.

²⁵⁸ A vitória eleitoral de Ibáñez possibilitou uma maior projeção política de agremiações com presença marginal no cenário político. Os apelos à alma nacional e à raça chilena buscavam mobilizar o eleitorado a partir de valores inerentes a um “espírito nacional”. No cenário caótico e de confrontação em que vivia o Chile, somente Ibáñez poderia garantir a defesa destes valores e impor a ordem, a disciplina e o respeito à hierarquia, necessários para se “regenerar” a sociedade chilena. Durante o ano de 1954, o Ministério da Fazenda foi ocupado por Jorge Prat, conhecida figura nacionalista de direita, ligada à revista *Estanquero*, que pretendia adotar um modelo de estabilização de corte corporativo-autoritário a partir da gestão corporativa, com a presença de trabalhadores e empresários de determinados organismos de controle econômico, associada à proibição das greves e à solução arbitral dos conflitos de trabalho. Contudo, seu plano foi rejeitado pelo Congresso e Prat deixou o Ministério. Marcelo Casals, op. Cit., 215-218.

²⁵⁹ Por diversas vezes, alguns dos conselheiros mais próximos do general insinuaram a possibilidade de fechamento do Congresso e a construção de uma base de apoio fundamentada em grupos militares. Este passo era defendido por um grupo de militares organizados em torno da chamada “Linea Recta”. Entretanto, a tentação destes grupos em alçar voos mais altos foi bloqueada pelo perfil “constitucionalista” que então permeava muitos setores das Forças Armadas e pela fragilidade dos partidos da base de apoio ao governo. Estes fatores podem ter contribuído para que o presidente evitasse tal solução e renovasse seu “espírito democrático”. Tomás Moulian, 2006, Op. Cit., p. 172. Ainda que seja possível relativizar este perfil constitucionalista, deve-se

Com seu modelo de governo enfrentando cada vez mais problemas, ao final de 1955, em uma virada de orientação, Ibáñez optou por adotar uma política de estabilização fundamentada no apoio parlamentar dos partidos de direita²⁶⁰. Para aplicar um programa ortodoxo que seguia à risca as recomendações do FMI, buscou a assessoria econômica da firma norte-americana Klein & Saks²⁶¹. Ao longo de todo o processo de contratação da empresa, os editoriais de *El Mercurio* insistiam na urgência da vinda da equipe e na implantação de uma gestão técnica da economia chilena. Segundo o jornal, a partir de um modelo de intervenção estatal, os governos da *Frente Popular* adotaram uma política “socializante” cujo fracasso se mostrava evidente. A tentativa artificial de elevar o *standard* de vida sem aumentar a produção, impulsionou a inflação, que, por sua vez, levou o país a viver um estado de “greve permanente” que, à margem da ordem jurídica, colocava em risco o próprio regime democrático. Assim, para o jornal, a defesa de uma economia de livre concorrência se justificava também como a única alternativa frente à ameaça socialista, inerente a um contexto de disputa mundial entre duas ideologias excludentes²⁶².

Embora tenha tido êxito em conter a espiral inflacionária, o plano adotou uma receita monetarista, que incluía a liberalização dos preços. Para determinados analistas, por não se focar em aspectos estruturais, a fórmula gerava uma estabilização aparente à custa do desenvolvimento econômico e do nível de vida dos assalariados²⁶³. Isto permitiu que economistas como Aníbal Pinto afirmassem que a missão não era técnica, mas sim política, pois atendia a interesses específicos. O arrocho sobre os trabalhadores, gerado pelo novo plano econômico, distanciou as ações do governo de seus discursos de campanha. Este, por sua vez,

destacar que, naquele momento, os comunistas, submetidos às imposições da Lei de Defesa Permanente da Democracia, dificilmente poderiam ser utilizados como mote para uma aventura golpista.

²⁶⁰ Sofía Correa. *Con las Rendas del Poder: la derecha chilena en el siglo XX*. Santiago: Randon House Mondadori, 2011, p. 240. De acordo com Tomás Moulian, esta política representou o maior intento liberalizante até então praticado no país. Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 167.

²⁶¹ Alberto Aggio. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993, p.80. Contratada em julho de 1955, sob a influência e participação fundamental de Agustín Edwards Budge, proprietário de *El Mercurio*, a “Missão Klein Saks” mantinha boas relações com o governo dos EUA, com o FMI e com a alta cúpula bancárias norte-americana. Seus principais funcionários haviam ocupado cargos importantes em diversas instituições destas instituições. Sofía Correa, op. cit., p. 199.

²⁶² Cf, Sofía Correa, op. cit., p. 222-226-241.

²⁶³ De acordo com Alberto Aggio, Além de não conseguir revitalizar a produção, o fracasso na condução do plano lançou o país na pior recessão desde a grande depressão e desagradou ao empresariado e às classes trabalhadoras. Op. Cit., p. 80

combateu de forma dura a insatisfação popular e as mobilizações grevistas, interpretadas por *El Mercurio* como demagógicas e inflacionistas. Após a greve geral de 1956, organizada justamente contra a adoção dos fundamentos estabelecidos pela missão Klein-Saks, a violenta repressão ao movimento sindical afastou de vez governo e operariado organizado.

No início de 1957, o projeto de governo ibanista já se mostrava esvaziado, com as ações governamentais muito distantes daquilo que fora proposto por seu discurso inicial. Recém alçados a uma posição de destaque no cenário político, partidos do campo ibanista se mostraram incapazes de promover políticas de longa duração. As consequências desta postura já se evidenciaram nas eleições parlamentares de março. Nelas, os partidos tradicionais, amplamente derrotados em 1953, recuperaram parcialmente suas posições e o eleitorado parecia novamente se reconhecer nas tradicionais tendências do campo político²⁶⁴. Por outro lado, o discurso contra os políticos e a estrutura partidária chilena, tão propalado por Ibáñez, não desaparecia do ambiente político, sendo difundido por outras vozes. Da mesma forma, os partidos teriam que lidar com diversas questões e demandas evidenciadas, mas não solucionadas, na experiência ibanista, além de enfrentar as pressões, cada vez maiores, exercidas pela população chilena contra a crise econômica então vivida e em busca de propostas e projetos mais alinhados a seus desejos.

No final do mês de março, o clima político foi de agitação. O crescente aumento dos preços se deu em uma proporção mais rápida do que os salários. O governo, marcado por uma imagem de ineficiência e com a base política dividida, estava desacreditado. Neste cenário, um novo aumento das tarifas de locomoção levou a Federação dos Estudantes do Chile (FECH) a organizar mais uma mobilização, ligada a uma campanha de protestos contra o aumento dos preços e do custo de vida, que se iniciara em janeiro. Conduzidas pelos estudantes, as diversas manifestações de rua foram acrescidas pela presença de trabalhadores organizados, muitos deles ligados à CUT, e por diversas pessoas inconformadas com a situação vivida. Entre elas pode-se incluir um setor da população mal definido e muito menos compreendido pelas forças políticas chilenas de direita e de esquerda. Era o chamado “bajo pueblo”, composto de pessoas marginalizadas

²⁶⁴ Tomás Moulian, 2006, p. 183

que se aglomeravam nas grandes cidades, mas se concentravam apartados das tradicionais relações entre o capital e o trabalho, ou apenas os “pobladores”, como se dizia então²⁶⁵. Em Santiago, líderes estudantis convidaram o “povo, principal afetado com as medidas do governo”, a unir-se ao movimento²⁶⁶. Ao longo dos anos anteriores, a rua se convertera em cenário central para o progressivo processo de democratização e massificação da ação política, com os movimentos sociais lentamente assumindo um papel, talvez ainda não protagonista, como aponta Gabriel Salazar²⁶⁷, mas certamente relevante.

Ocorridas entre os dias 27 de março e 01 de abril, em diversas cidades chilenas, as manifestações, por vezes, culminaram com a ação violenta da polícia, prisão de manifestantes e depredações de veículos, ônibus e trólebus. Em meio às negociações para serenar os ânimos e derrogar os aumentos, o governo acusou os comunistas e os órgãos de imprensa de esquerda de impulsionar o movimento e fomentar a desordem²⁶⁸. Esta posição, embora corroborada por parte da imprensa, foi criticada por diversos analistas. De acordo com Luis Hernández Parker, o movimento escapava ao controle de partidos ou sindicatos. “Aunque el Gobierno culpa a los comunistas, son los consumidores los que están mostrando su indignación por el alza sostenida de los artículos de primera necesidad... Ahora salta un movimiento absolutamente espontáneo, incontrolado y hasta descontrolado si ustedes quieren... La raíz de todo no tiene religión ni color político”²⁶⁹. No dia 01 de abril, a despeito das gestões conciliatórias e da decretação de Estado de Emergência, novos protestos culminaram com a morte da estudante de enfermagem Alicia Ramirez, ferida com um tiro pelas costas. Na

²⁶⁵ Naquele momento, tanto a direita quanto a esquerda pareciam não entender o papel destes setores. Enquanto os primeiros ignoravam qualquer capacidade de ação destes grupos, entendendo-os como ignorantes, analfabetos e incapazes de definir politicamente suas vontades, que no máximo se constituíam em massa manipulável para o discurso marxista, a esquerda também não apostava em sua capacidade de ação. Seu alvo era o trabalhador organizado e não o “lumpen”, para usar uma expressão amplamente utilizada por setores marxistas

²⁶⁶ *Las Ultimas Noticias*, 01/04/57, p.16. Apud. Pedro Milos. Participación de los Estudiantes en los sucesos del 2 de abril de 1957 en Santiago. In: *Vozsiglo21: Periódico digital de los activistas populares*, 20/02/2010, p.8

²⁶⁷ Gabriel Salazar. *La violencia política popular en las “Grandes Alamedas”: La violencia en Chile 1947-1987 (una perspectiva histórico-popular)*. Santiago: Lom ediciones, 2006, p. 209.

²⁶⁸ Os intentos de negociação com o Ministério do Interior partiam do senador Salvador Allende, de setores estudantis e de uma ampla gama de forças políticas, que incluíam desde liberais a esquerdistas. Estes subscreveram um documento pedindo a liberação dos detidos e a derrogação dos aumentos. Tomás Moulian, 2006. Op. Cit., 172-173.

²⁶⁹ Luis Hernandez Parker. 30 de março de 1957. Op. cit., p. 96-97. De acordo com Pedro Milos, Hernandez Parker, contudo, equivocava-se em acreditar que as gestões conciliatórias haviam encontrado “una solución digna y ecuánime para todos”. Apud. Pedro Milos. Op. Cit., p. 9.

tarde do dia seguinte, em meio a marchas em homenagem à estudante e a distintos focos de protesto, a situação fugiu a qualquer controle. Com a população e as “pobladas” nas ruas, o movimento, inflado por inúmeros atores distintos, desembocou em ações de extrema violência: apedrejamento e destruição de bens públicos e privados, barricadas, saques e enfrentamentos com as forças policiais e militares. Entre os dias 02 de 03 de abril, o centro da cidade de Santiago ficou marcado pela destruição²⁷⁰.

Os episódios deixaram um saldo de dezenas de mortos, centenas de feridos e um prejuízo material incalculável²⁷¹. Seus efeitos traumáticos ficaram gravados na sociedade chilena. Os discursos políticos de então pareciam não dar conta da realidade vivida. Como explicar a verdadeira erupção dos “pobladores” na cena política? Como compreender a motivação que “sacó de sus casillas al pacífico pueblo de Santiago”²⁷² para uma explosão de violência pelas ruas da cidade?²⁷³ As principais lideranças políticas apresentaram distintas interpretações sobre o episódio. Jorge Alessandri Rodriguez, senador recém-eleito por indicação do Partido Liberal e potencial candidato à presidência da República no ano seguinte, classificou o acontecido como “una calamidad, una vergüenza nacional”, que se mostrava em total contradição com “el nivel cívico alcanzado por nuestro país, su cultura e su madurez”. Eduardo Frei Montalva, principal nome da Falange Nacional e da nascente democracia cristã, entendeu que “los continuados errores y

²⁷⁰ Na madrugada do dia 03, a polícia invadiu a sede da *Imprenta Horizonte*, responsável pela edição dos jornais *Última Hora* e *El Siglo*, pela revista *Vistazo* e por diversos semanários e publicações sindicais e gremiais, saqueando e destruindo completamente as máquinas e o material para impressão. Seus funcionários foram presos e, posteriormente, enviados a lugares distantes do país. O mesmo só não ocorreu aos advogados do jornal em virtude de protestos em diversos setores, inclusive na Sociedade Interamericana de Imprensa e no Congresso Nacional. A posterior comprovação do envolvimento de policiais no episódio levaria à renúncia do ministro do Interior. *El Siglo* ficou fora de circulação até o dia 30 de abril, quando uma nova prensa permitiria sua impressão ainda que parcial. Sergio Villegas. *El Asalto de Horizonte*. In: *Vozsiglo21: Periódico digital de los activistas populares*, 27/03/2010.

²⁷¹ Na historiografia, existem divergências quanto aos números do episódio. Pamela Hernández afirma que o saldo oficial foi de 18 mortos e 200 feridos. Luiz Hernandez Parker, *Op. Cit.*, p. 96. Tomás Moulian, baseado no trabalho doutoral de Pedro Milos, afirma que o número “oficial” de mortos foi de 21. 2006, *op. cit.*, p. 173. Gabriel Salazar, por sua vez, comenta que o custo foi de “vientisiete, treinta o más vidas humanas”, além de mais de quatrocentos feridos e um número similar de detidos. *Op. cit.*, p. 220.

²⁷² La Tercera, 08/04/1957. Apud. 2 de Abril de 1957: Chile en huelga general. *Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME) – Archivo Chile: Web productions*, 2005.

²⁷³ Para uma análise detalhada dos acontecimentos e das distintas interpretações realizados não somente pelos atores de então, como da escassa historiografia acerca dos distúrbios de 2 de abril, conferir o rigoroso trabalho de Pedro Milos. *2 de abril de 1957: História e Memória*. Santiago: Lom ediciones, 2007. De acordo com o autor, os acontecimentos de abril permitiram que se tornasse visível uma nova identidade popular, incompreendida e mesmo inominável pela elite política, pelas autoridades governamentais da época e até hoje para alguns historiadores.

el desprecio por la opinión popular crearon un clima de descontento... El problema es de fondo y no de fuerza... Lo real es que en estas condiciones el país va a un despeñadero: crece la población y la productividad disminuye. De esto resulta cesantía y miseria. El Gobierno ha revelado incapacidad para encarar el problema”. Para o senador Salvador Allende, não existia outro responsável pelo acontecido, senão o governo. “Su torpeza para resolver el problema y luego la provocación que de su parte fue objeto el pueblo fueron las causas de lo que hoy lamentamos”²⁷⁴. A partir destes breves comentários, é interessante notar que, para Alessandri, o episódio parecia tratar-se de uma insanidade, um ato de total destempero, talvez praticado por setores inconscientes, e, por isto, de difícil compreensão. Já Eduardo Frei e Salvador Allende, mesmo por distintos matizes, de alguma forma tentaram identificar as origens da insatisfação popular que conduziu ao movimento. Serão justamente os setores políticos de que estas lideranças faziam parte que, ao longo dos anos seguintes, empreenderão um maior esforço de compreensão das demandas populares de então, e se esforçarão para elaborar um discurso em maior consonância com a realidade vivida.

Em verdade, a despeito destas análises divergentes, a participação popular e a presença do povo como ator decisivo nos rumos políticos do país cada vez mais se consolidavam. A própria eleição de Ibáñez não pode ser explicada apenas como um momento específico, em que uma retórica sedutora de apelo a temáticas populares se aproveitava de uma crise dos partidos políticos tradicionais para atingir seus objetivos políticos. Mesmo que sua experiência de governo já se mostrasse desgastada, a nova pauta de questões e o conjunto de demandas populares, das quais seu discurso de campanha e sua ação inicial tentaram ir ao encontro, se ampliaram e se reforçaram. Havia a necessidade premente de compreendê-los de forma efetiva, sob o risco não só de um aumento da instabilidade política e das convulsões urbanas, como de futuras derrotas eleitorais. Se o entendimento acerca do povo e seus desejos tinha distintos matizes, não se podia mais ignorar suas demandas, reduzindo a política a decisões e acordos de cúpula partidária. Ainda que as eleições parlamentares de 1957 tivessem demonstrado uma recuperação dos partidos “históricos”, seu discurso e suas linguagens tradicionais estavam desconectados com a nova realidade vivida.

²⁷⁴ Revista Zig-Zig. 13/04/1957. Apud. 2 de Abril de 1957: Chile en huelga general. *Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME) – Archivo Chile: Web productions*, 2005.

Em meio a um balanço dos anos de governo de Ibáñez, a imprensa repercutiu o processo de rearticulação das forças políticas chilenas, que começava a se evidenciar nos arranjos e configurações, visando às eleições presidenciais de 1958. Este processo conduziu a uma reorientação dos discursos e linguagens, em que os usos e significações atribuídos aos conceitos de povo, democracia e legalidade desempenhariam um papel fundamental.

2.2 – Povo, democracia e legalidade e os discursos em torno da rearticulação das forças políticas em 1957

No dia 04 de julho de 1957, *El Mercurio*, *El Diario Ilustrado* e *El Siglo*, publicaram longos editoriais em homenagem ao aniversário dos Estados Unidos. Além de descrever o processo de independência, os ideais fundamentais e a trajetória histórica daquela nação, os três jornais concluíram suas análises inserindo o vizinho norte-americano no ambiente mundial então vivido. *El Diario Ilustrado* e *El Mercurio* argumentaram que o mundo “ha sido colocado, en el momento actual, ante un dilema ineludible: democracia o totalitarismo. La realidad ha probado... que no caben terceras posiciones” (DI, 04/07/1957, p.3). Neste embate, Estados Unidos e Rússia se colocavam como as cabeças mais visíveis. Enquanto os EUA eram uma sociedade que aparecia como um modelo de liberdade, Direito e bem-estar, a URSS era síntese da opressão e do controle do homem pelo Estado. O comunismo soviético pretendia impor um controle absoluto sobre as nações do mundo, estimulando a propaganda demagógica e a traição à pátria. Os Estados Unidos, por sua vez, nasceram para ser a salvação e o refúgio da democracia, impulsionando o progresso mundial e a convivência pacífica das nações. Durante a Segunda Guerra Mundial, sua fortaleza moral e democrática permitira, inclusive, que o próprio comunismo se beneficiasse de sua boa-fé. “Hoy puede decirse que la democracia protegió a su mayor enemigo” (EM, 04/07/1958, p.3). Quanto à posição chilena, não restava dúvidas de que o país sempre olhara com grande simpatia e admiração o seu “irmão maior do norte”, pois “aquí, como allá, el culto a la democracia tiene un sitio invulnerable” (DI, 04/07/1958, p.3).

Assim como acontecera durante os debates políticos de 1947-1948²⁷⁵, permanece entre os editoriais de *El Diario Ilustrado* e de *El Mercurio* a tentativa de se inserir as questões e os debates políticos chilenos em um contexto mundial, no qual dois regimes antagônicos encontravam-se em disputa. Da mesma forma, se mantém o desejo de atribuir uma “tradição democrática” à política chilena, o que a aproximava dos ideais defendidos pelos Estados Unidos e a afastava do totalitarismo russo. A adesão às propostas da “extrema esquerda” marxista representaria a quebra definitiva desta tradição, comprovada pela longevidade e fortaleza das instituições chilenas, internacionalmente reconhecidas.

El Siglo, por sua vez, também não deixou de inserir as questões políticas chilenas em um contexto mundial de disputa ideológica. Recordar o aniversário da independência dos Estados Unidos remetia a dois aspectos de grande significação para o povo chileno: “uno de ellos son los ideales de libertad y la reafirmación de los derechos del hombre vinculados al nacimiento de la nueva República... el otro, la heroica lucha de liberación con respecto a la metrópoli” (ES, 04/07/1958, p.3). Contudo, ao longo dos anos, a situação havia mudado. Ainda que se pudesse saldar o povo e os trabalhadores norte-americanos por sua luta pela liberdade contra a opressão do capitalismo internacional, o mesmo não se poderia dizer de seu governo. O país se transformara em uma potência imperialista que estendia seus “tentáculos” sobre as riquezas chilenas e limitava as liberdades de pensamento e expressão através de um ainda vivo espírito “macharthista”, imitado no Chile. Para o jornal, estes elementos constituíam-se em limitadores para os ideais de democracia defendidos pelos fundadores daquela nação²⁷⁶. A democracia somente poderia se estabelecer se fossem respeitados os interesses e os desejos do povo. Era este o modelo que se seguia na URSS. Dias mais tarde, ao comentar a expulsão de cargos de antigos dirigentes do partido comunista soviético, *El Siglo* argumentou que a “democracia soviética” dera mais um exemplo de sua fortaleza. Estes “velhos dirigentes”, a despeito da longa trajetória revolucionária, foram afastados porque se desviaram do caminho do povo. O

²⁷⁵ Cf. Capítulo I

²⁷⁶ “Admiramos... al pueblo norteamericano y a sus gobernantes democráticos y humanistas como Jeferson, Lincoln y Roosevelt... pero repudiamos la política de grandes empresarios yanquis. Repudiamos la política de los gobernantes norteamericanos porque, junto al imperialismo saquean nuestra patria despojándonos de nustrar mejores riquezas... En cambio, estamos con el pueblo norteamericano que lucha por una mayor democracia, por una paz más estable y permanente y, en estos momentos, por aliviar la tensión internacional” (ES 08/07/1957, p. 3)

episódio demonstrava que na URSS ninguém poderia se colocar acima dos interesses do povo e das instituições fundamentais do Estado. No mesmo editorial, traçou-se um paralelo com o que ocorria nos países capitalistas e no Chile. A citação é longa, porém importante.

Tomemos el caso de Gabriel González Videla, para no mencionar otros. Elegido por el pueblo... amasado con el sacrificio de miles y miles de modestos obreros, empleados y campesinos levantó la esperanza y remeció la fe de vastos sectores ciudadanos. Juró... cumplir un programa de progreso... y guardar lealtad al pueblo y a los partidos que lo eligieron... Antes de que transcurriera un año ya había traicionado. El gobernante elegido por el pueblo abandonó el programa, dio vuelta la espalda al pueblo... y no solo traicionó, sino que cometió la felonía de poner fuera de la ley al Partido que lo llevó al triunfo y perseguir... a los obreros, a los empleados y a los campesinos que lo exaltaron a la primera magistratura... ¿Pudo el pueblo decir su palabra y remover de su cargo al que cometió este delito...? No pode hacerlo porque por acá estas cosas se ventilan de manera diferente... Nuestra “democracia” es tan “perfecta” que ampara el delincuente político... **Esta es pues la diferencia que existe entre la auténtica democracia de un mundo nuevo donde imperan la voluntad mayoritaria del pueblo y de los trabajadores y la grotesca “democracia” occidental que es el gobierno de uno pocos**”. (ES, 10/07/1957, p. 3)

Todo este debate, articulado a questões político-eleitorais de momento e às pressões populares, se manteria presente ao longo das análises acerca das novas combinações políticas que se prefiguravam para as eleições presidenciais do ano seguinte. O Partido Radical foi o primeiro dos grandes partidos chilenos a realizar convenções gerais indicando o senador Luis Bossay como provável candidato a presidência da República nas eleições de 1958. A imprensa não recebeu com entusiasmo a candidatura radical. Entretanto, os editoriais procuraram aproximar, ou afastar, os “fundamentos radicais” dos modelos de regime em disputa no mundo. Para *El Mercurio* as eleições que se avizinhavam seriam uma disputa entre os defensores e os inimigos da democracia. A estratégia argumentativa adotada certamente considerava aspectos “numéricos”. Não custa lembrar que, sozinha, uma candidatura radical talvez não fosse capaz de cooptar apoios suficientes para garantir sua vitória eleitoral. Entretanto, um apoio radical a qualquer outra candidatura poderia definir o pleito. Neste sentido, a insistência de *El Mercurio* em definir campos opostos de atuação política também buscava “isolar” uma possível candidatura da “extrema esquerda”, reduzindo suas chances de êxito. De acordo com *El Mercurio*, a reunião radical demonstrara “una vez más el auténtico espíritu democrático que existe en el radicalismo”. Embora a

“**opinião pública**” esperasse uma definição mais clara quanto à plataforma presidencial, a Convenção se afastara de extremismos reafirmando as raízes cidadãs de sua doutrina. Desta forma, deixava uma porta aberta para o entendimento com os partidos do campo democrático²⁷⁷.

Assim como *El Mercurio*, os editoriais de *El Diario Ilustrado* também defendiam a unidade dos partidos “democráticos”²⁷⁸, mas criticavam as barreiras que o programa radical poderia impor a essa união. Adotando uma postura alheia à realidade vivida, os pressupostos definidos pela convenção radical apontavam para a manutenção de uma estratégia política fundamentada em apoios ocasionais destinados ao simples alcance de poder. Para *El Diario Ilustrado*, a convenção fora um disfarce, no qual os Radicais se vestiam em “pele de ovelha” para buscar aliados em setores de centro ou de direita. Embora ressaltasse as “convicciones democráticas y legalistas” de Bossay, entendia que o programa do partido “ha mantenido una línea socializante y de simpatía por el marxismo, aunque mitigada en la forma (DI, 04/07/1957, p. 3)”²⁷⁹.

As convicções democráticas do candidato radical também foram ressaltadas por *El Siglo*, que em manchete destacou: “Bossay declara: Hare gobierno democrático” (ES, 01/07/1957, p.1). De acordo com editorial deste mesmo dia, a convenção do Partido Radical, embora não tivesse definido um pronunciamento decisivo em favor de um “gran movimiento popular en conjunto con los partidos frentistas”, apresentara diversos pontos positivos. Entre eles a reafirmação de sua fé no regime democrático, sua decisão de intensificar a luta pela realização de princípios de esquerda, como uma distribuição mais justa das riquezas e a defesa dos interesses das classes assalariadas e a ratificação de sua atitude em favor da derrogação da *Ley Maldita*. Contudo, se os radicais tinham

²⁷⁷ “Es posible que en la formulación de la plataforma propiamente presidencial los planteamientos a que nos referimos se hagan compatibles con los programas de **otros partidos democráticos a los cuales pudiera recurrir el radicalismo para una acción común**. Las ideas que informan la declaración económica son, en general las mismas que el ex presidente Gonzalez Videla trató de realizar con el concurso de los entonces ministros de Hacienda y Economía, señores Alessandri y Baltra” (EM, 01/07/1957, p.3, grifo meu).

²⁷⁸ “La acumulación sobrecogedora de problemas que empañan el horizonte del país invitaba... a una tregua en las luchas doctrinarias, a un entendimiento de los hombres capaces... si surgían con mentes limpias desde los partidos democráticos” (DI, 06/07/1957, p.3)

²⁷⁹ Para *El Diario Ilustrado*, ao programa radical ainda dificultava a unidade entre os partidos “democráticos”, pois mantinha postulados sectários e antirreligiosos, totalmente fora de tempo e de lugar, criando uma possível oposição entre “laicos” e católicos. Ao invés de se preocupar com os problemas da “hora actual”, o radicalismo insistia em temas que só reavivariam antigas disputas com graves consequências para o futuro (DI, 03/07/1957, p.3).

interesse em marchar com as “fuerzas populares”, deveriam compreender que o povo ansiava mais pelos feitos do que pelas palavras. Vinculando democracia aos desejos do povo, *El Siglo* abria espaço para um possível acordo entre os “partidos frentistas” e o radicalismo. Entretanto, o mesmo deveria fundamentar-se em ações concretas, como o efetivo retorno do Partido Comunista à legalidade. “Por ejemplo en cuanto a la derogación no se ha observado hasta ahora que las decisiones de sucesivas Convenciones Radicales se traduzcan en una lucha consecuente de sus parlamentarios” (ES, 01/07/1957, p.3)²⁸⁰.

A manutenção da participação estatal na economia era outro ponto do programa radical que se aproximava das propostas defendidas por *El Siglo*, mas suscitava inúmeras críticas de *El Mercurio* e *El Diario Ilustrado*. Este discurso “demagógico” propalado pela extrema esquerda e defendido pelo radicalismo, “ha creado en **las masas**, y aún en su gente especializada y profesional, la convicción de que su bienestar y el progreso general depende, no del esfuerzo de cada cual, sino de la magia del estatismo” (DI, 01/07/1957, p. 3)²⁸¹. Empreendido pelos governos radicais desde 1938, este processo resultara na queda da produção chilena e no descrédito com relação à importância do fator humano e do indivíduo para a geração de riqueza e para a prosperidade da nação²⁸². Insistindo em sua linha “liberalizante”, *El Mercurio* reforçava que a gestão estatal gerava problemas para economia e para o volume de negócios do país. A despeito dos “defensores a todo trance de la intervención estatal en el comercio, creemos que existe un convencimiento público sobre la inconveniencia de que ella continúe y es de esperar que en el Congreso encuentre eco la aspiración depuradora de la **opinión nacional**” (EM, 25/07/1957, p.3).

²⁸⁰ “Y sobre plataformas presidenciales el país ya tiene una dolorosa experiencia reciente: la del general Ibáñez, que se pronunció durante su campaña por la derogación de la Ley de Defensa y el rescate del cobre y luego, en el ejercicio del Poder, ha hecho todo lo contrario, aplicando a destajo la ley Maldita, dictando el inconstitucional Decreto Yáñez-Koch, promulgando el “nuevo trato” del cobre y siguiendo al pie de la letra el ruinoso plan Klein-Saks” (ES, 01/07/1957, p.3).

²⁸¹ “El radicalismo no ha divisado los estragos profundos que ha hecho el socialismo en nuestra organización social. No se ha percatado que la intervención estatal que proclama... no solamente nos ha sumido en la bancarrota, sino que ha fracasado en otras partes” (DI, 06/07/1957, p.3)

²⁸² Para o jornal, a eficiência e a validade do “fator humano” para o processo produtivo vinham sendo anuladas pelo nefasto discurso da luta de classes que estabelecia um irreconciliável antagonismo entre as duas grandes forças que contribuíam para o progresso e bem-estar das sociedades. Nos países do campo socialista, os efeitos não eram tão nocivos, porque a eficiência do fator humano não era alcançada pelo convencimento, mas sim pelo flagelo e pelos “campos de concentración” (DI, 01/07/1957, p. 3).

Esta polêmica econômica, que atravessou todo o período democrático chileno, naquele momento se dava em meio a um crescente aumento dos preços de bens essenciais ao consumo e à redução do poder de compra do trabalhador. Em meio à crise, o governo anunciou novo reajuste de preços. A situação gerou um impasse entre o ministro da Economia, general Horacio Arce, defensor do aumento²⁸³, e o ministro do Interior, Jorge Aravena, que declarou que as altas nos preços eram injustas e evitáveis. Com os aumentos confirmados, Aravena renunciou, sendo substituído pelo vice-almirante Francisco O’Ryan. Para *El Mercurio*, a renúncia fora a consequência lógica de uma gestão inexperiente e com desacertos. Em sua tentativa de “aliviar el frente gubernativo en los círculos izquierdistas” dava a errada impressão de que o “gobierno había estado procediendo antes en forma errada o abusiva” (EM, 04/07/1957, p. 3). De fato, em uma tentativa de explicar os possíveis aumentos, Aravena recebera as centrais sindicais em seu gabinete. Encontro este negado por seu substituto.

O desfecho da situação foi interpretado de forma distinta por *El Siglo*. A substituição de Aravena tinha um significado claro. O Governo de Ibáñez, mais uma vez, se negara a escutar o “povo” e tomava medidas contrárias a seus interesses. Os trabalhadores tinham o direito constitucional de serem ouvidos. Prevalcera uma posição arbitrária, antidemocrática e ditatorial. O ministro Aravena manifestou o interesse “por conocer el pensamiento de los diversos sectores nacionales, lo que corresponde a la esencia de la democracia”(ES, 03/07/1957, p.3). Por outro lado, o ministro da Economia e o novo ministro do Interior recusavam o diálogo, pretendendo impor a “sangre y fuego las alzas”. Diante deste cenário, *El Siglo*, conclamou o povo a tomar as ruas e deter os aumentos.

²⁸³ A posição do Ministro Arce, defendida por *El Mercurio* e por *El Diario Ilustrado*, seguia o receituário da missão Klein Saks. Embora reconhecesse a impopularidade da medida, entendia que os aumentos eram necessários para recolocar a economia em suas condições reais, já que os preços estavam sendo mantidos artificialmente baixos pelo governo. As dificuldades seriam apenas temporárias, pois, aos poucos, a partir de um plano de austeridade, a população recuperaria o seu poder de compra. “se trata de una posición realista, completamente ajena a cuanto diga relación con los halagos políticos que, sin lugar a dudas, va a producir general descontento en todos los hogares... Es dolorosa... pero es una medida equitativa y de absoluta necesidad para poder dar a esos mismos sectores, fuertemente afectados con los nuevos precios, las mejores condiciones económicas que los permitirán, en el futuro bien próximo, resarcirse de las molestias actuales, para vivir en un plano de efectiva realidad económica, en el cual sus ingresos tengan el poder adquisitivo suficiente para lograr un satisfactoria nivel de vida” (DI, 07/07/1957, p. 3).

Las alzas son injustas... De ahí que el pueblo rechace los aumentos... El Gobierno no ignora, no puede ignorar tal estado de ánimo de las masas populares. Además está fresco el antecedente del 1 y 2 de abril, cuando el descontento del pueblo estalló espontáneamente en forma violenta... Frente a la situación creada no hay otro camino que el de la lucha de las masas en defensa de su pan y sus derechos... Cada sindicato, cada federación, cada organismo de obreros, empleados, mujeres y jóvenes; cada partido político tiene ante sí un papel que jugar con vista a resolver la situación política de acuerdo con el interés del pueblo y del país, esto es, evitando las alzas y salvando lo poco que hay de democracia en Chile... La movilización y el agrupamiento de todas las fuerzas democráticas es, por lo tanto, urgente. La fuerza del pueblo es muy grande. Y todavía puede imponerse (ES, 04/07/1957)

Os sindicatos organizaram uma série de manifestações de massa para dissuadir o governo, que, por sua vez, insistia que a manutenção da ordem pública seria fundamental para a superação das dificuldades econômicas. Em editorial intitulado “Antidemocrática incitación al desorden”, *El Mercurio* acusou diretamente o “organo oficial del comunismo” e os “extremistas” de adotar a estratégia da agitação política para minar a economia e, em última instância, derrubar as instituições. “La pretensión comunista de alzar al pueblo contra las decisiones adoptadas por leyes de la República es de evidente carácter sedicioso y no creemos que haya muchos **ciudadanos** dispuestos a aparecer bajo la inculpción de alzamiento en contra del orden establecido”. Neste sentido, o novo ministro teria o apoio de “todos los **sectores democráticos**, cuyo intimo deseo es que el país se mantenga dentro de la normalidad para desarrollar sin perturbaciones el proceso electoral ya en comienzo y cuyo desenlace significará ocasión para todos los **ciudadanos** de expresar libremente la orientación del gobierno que desean” (EM, 05/07/1957, p.3, grifo meu). Em resposta, *El Siglo* argumentou que se postava “com orgullo” ao lado da imensa maioria do país contra os aumentos que satisfaziam apenas a uma minoria ligada ao imperialismo internacional. A Política “Klein-saks” não visava conter a inflação com o aumento das receitas nacionais e a melhora no nível de vida das massas populares, mas sim à custa do povo. Entretanto, realçou que a resistência às medidas era legítima, democrática, pacífica e baseada no direito constitucional de liberdade de expressão.

Negamos terminantemente que queremos hacer esto por el camino de la sedición. Nosotros de palabra y de hecho, queremos cambiar esta política mediante la lucha organizada de las masas, mediante la movilización de los más amplios sectores nacionales... Los sediciosos son los que, como “El Mercurio”, se empeñan en

imponer a sangre y fuego las nuevas alzas de precios, los que representando una minúscula minoría quieren imponer su política a la mayoría del país... Las maniobras antidemocráticas de “El Mercurio”, de sus representados, agentes secuaces y provocadores no tendrán éxito. El pueblo no quiere un 2 de abril. Reclama salidas democráticas y nacionales para los problemas (ES, 06/07/1957, p.3)

A exposição deste debate possibilita algumas considerações acerca dos conceitos aqui analisados. A opinião articulada em torno de *El Siglo* entende como democrática uma postura vinculada aos desejos da “maioria” e do “povo”. Desejos estes demonstrados nas manifestações de insatisfação popular. Ser democrático era estar ligado ao povo. Além disto, era necessário garantir sua livre manifestação, princípio fundamentalmente democrático, estabelecido pela Constituição. Assim, o argumento da legalidade aparece como garantidor das manifestações contrárias aos aumentos. Por outro lado, os editoriais de *El Mercurio* procuraram associar a ideia de democracia à noção de ordem. Uma atitude democrática respeitaria as medidas de um governo eleito, estabelecidas sob preceitos legais. As manifestações não eram a expressão democrática da liberdade individual do cidadão chileno, pois, além de promover uma inaceitável desordem, serviam aos interesses sediciosos dos comunistas, por essência, contrários ao regime democrático. Sem considerar a liberdade de expressão e a cidadania dos próprios comunistas, ainda excluídos do processo eleitoral, *El Mercurio* argumentava que a vontade democrática da cidadania poderia se manifestar nas eleições presidenciais que se aproximavam.

O discurso proposto por *El Siglo* procurou se respaldar nos “desejos do povo” e das “massas populares”, argumento interpretado por *El Diario Ilustrado* como simples estratégia retórica²⁸⁴. Os verdadeiros defensores do povo tomavam as medidas necessárias para melhoria de suas condições, ainda que estas fossem aparentemente impopulares. Contudo, tanto *El Diario Ilustrado* quanto *El*

²⁸⁴ “En el orden interno no se mejora el panorama de nuestra realidad. La inflación ha seguido su marcha a pesar de los tenaces esfuerzos empleados para detenerla... Y lo grave, lo más grave de todo, es que esta medida imperiosa es resistida por los **p los partidos que se llaman de avanzada es decir los que se autopregonan amigos y defensores del pueblo**, pero que se niegan a presentar la fórmula que ellos poseen para estabilizar la moneda, impedir las alzas y tener, al mismo tiempo, los servicios públicos y los alimentos que el país necesita” (DI, 07/07/1957, p.3, grifo meu). O desastre econômico não seria evitado por discursos demagógicos de apoio ao povo. “Hay que seguir la ingrata tarea de corregir desequilibrios, de evitar las demasías de ciertos elementos y de disciplinar el país; pero esta labor no es buena para los que quieren escalar las alturas **con el expediente fácil de halagar al pueblo y de seguir engañándolo**” (DI, 24/07/1957, p.3). “Solo es cuestión que la experiencia convenza al pueblo de que se ha seguido un camino errado y está pronto a rectificarlo cuando se le presente la oportunidad.” (DI, 26/07/1957, p.3).

Mercurio pouco utilizaram a palavra “povo” em seus editoriais. Nas análises da crise econômica e da convenção radical, os jornais “respaldaram” seus argumentos nos desejos da “cidadania” e da “opinião pública” nacional. É interessante notar que na maior parte das vezes que estes jornais lançaram mão dos conceitos de “povo”, e mesmo de “massa”, o fazem associando à sua parcela inconsciente, iludida pela prédica demagógica. Ao realizar um balanço sobre a política chilena, *El Diario Ilustrado* destacou a superficialidade, a falta de discernimento, experiência ou excesso de credulidade “de esa gran masa ciega de electores que está influyendo decisivamente en la formación de los Poderes Públicos”.

Veinte años... demostraron el fracaso del intervencionismo que es el padre legítimo de la burocracia que nos agobia, pudieron abrir una brecha en la conciencia de las **masas electorales**, debieron convencer al **pueblo** que allí no está el remedio de sus problemas, porque después de estos veinte años tiene menos pan, menos techo, menos abrigo, menos justicia y libertad... Y el **pueblo asalariado**, la parcela pagadora de estos desaguizados gubernativos, no parece haber ganado mucho en experiencia y en discernimiento. Y lo parece porque de otro modo, la demagogia, no se estaría aprontando tan desenvueltamente para acometer otro asalto sobre la credulidad” (DI, 28/07/1957, p.3)

Quando *El Mercurio* mencionou o fato dos “comunistas” tentarem alçar o “povo” contra as decisões do governo, se referiu a uma parcela específica deste povo, aquela inconsciente e despreparada para a vida pública. Os “cidadãos” verdadeiramente democratas respeitavam a ordem e as leis da República, sob as quais se fundamentavam as medidas do governo.

Para se compreender com maior precisão as reações da imprensa, e mesmo das autoridades governamentais, diante da ampliação dos protestos populares, deve-se considerar a viva influência dos episódios de 02 de abril. A real possibilidade de um desfecho imprevisto gerava apreensão com relação a qualquer manifestação de rua. Para *El Mercurio* e para *El Diario Ilustrado*, a “cidadania” e os “setores democráticos”, que representavam o povo consciente do Chile, não haviam participado daqueles acontecimentos. Se o “povo” e as “massas” tomaram as ruas em uma explosão de violência, foram o “povo” e as “massas” confusos, ignorantes e iludidos pela prédica comunista, o que não deveria acontecer novamente. *El Siglo*, por sua vez, procurou desvincular as manifestações de então do ocorrido em abril. Naqueles episódios, a violência fora resultado da ação provocadora e insensata do governo e das forças policiais. Como antes, o “povo”

queria uma saída democrática e nacional para a crise. Contudo, deve-se ressaltar que houve distintas interpretações dos episódios de abril na esquerda chilena. No Partido Comunista, a corrente majoritária entendeu que a explosão espontânea de descontentamento popular também se deveu à falta de preparo e consciência de ação política dos trabalhadores, que não conseguiram minimizar a ação dos provocadores, apresentando, assim, uma visão que não incorporava, e mesmo desconsiderava, a capacidade da população marginal “não-organizada” de se apresentar como um ator social efetivo com demandas e questões próprias. Entre os socialistas, por outro lado, predominaram análises de que o ocorrido demonstrara o impulso revolucionário das massas chilenas. Contudo, a desarticulação das ações demonstrara a necessidade de uma vanguarda capaz de orientá-las e conduzi-las²⁸⁵. Foi justamente em meio à crise do aumento de preços que as diferentes forças socialistas se reunificaram após quase dez anos de discordâncias²⁸⁶, aumentando a base de sustentação da Frente de Ação Popular (FRAP), articulada em 1956 pelos partidos Comunista e Socialista Popular, recém saídas da base de governo, com o intuito de se estabelecer uma aliança política mais estável entre os partidos de esquerda chilenos²⁸⁷.

A constituição da FRAP inseriu-se na busca de uma linha política mais definida para se forjar uma frente de “liberação nacional”. Também sob a influência da orientação do comunismo internacional de apoio às “vias nacionais”²⁸⁸, se estabeleceu a ideia da via chilena ao socialismo e de sua

²⁸⁵ Ver Marcelo Casals Araya. *El alba de una revolución: la izquierda y el proceso de construcción estratégica de la vía chilena al socialismo (1956-1970)*. Santiago: Lom ediciones, 2010, p. 32-35. O autor destaca ainda que, mesmo entre os comunistas, houve discordâncias com relação à visão “marxista ortodoxa” apresentada pela diretiva do partido. Uma pequena seção abandonou a agremiação fundando o chamado “movimiento 2 de abril”.

²⁸⁶ Como vimos, o Partido Socialista Chileno havia se dividido em duas agremiações: Partido Socialista Popular e Partido Socialista de Chile, em virtude de discordâncias com relação à aprovação da Lei de Defesa Permanente da Democracia em 1948.

²⁸⁷ Em um primeiro momento aventou-se a possibilidade de uma aliança mais ampla que incorporasse as chamadas “fuerzas por los cambios”, incluindo, assim, o Partido Radical e a Falange Nacional. Contudo, ao final optou-se por uma aliança mais estreita, baseada apenas nos “partidos populares”. Tomás Moulian, 2006, op. Cit., p. 176. O Partido Comunista, mesmo na ilegalidade, já havia participado ativamente da organização da CUT em 1953. No momento da formação da FRAP, o discurso anti-imperialista e nacionalista assumido pelos comunistas desde 1952 foi referendado com a publicação de um programa, assinado por seu Comitê Central. Nele, o PCCCh associou o atraso e a pobreza existente no Chile à dependência dos monopólios norte-americanos e ao controle exercido pelos EUA sobre a economia chilena. Junto com o latifúndio, esta dominação se constituía no principal obstáculo ao progresso do país.

²⁸⁸ O Partido comunista soviético, em seu XX Congresso, realizado em fevereiro de 1956, defendeu a possibilidade de estabelecimento de uma via pacífica ao socialismo em países

construção por meios legais e não-armados. A estratégia mantinha aberta a possibilidade de alianças com partidos que se opusessem à dependência internacional e se empenhassem na formação de um governo democrático de liberação nacional. Contudo, para que as demandas do PCCh, ligadas à expropriação dos latifúndios e à nacionalização das indústrias imperialistas, fossem atendidas, seria necessária uma sólida aliança comunista-socialista. Entre os socialistas, a despeito da crescente aceitação da tendência democrática da via chilena ao socialismo, alguns setores insistiam em uma posição crítica à chamada “etapa democrático-burguesa” da revolução nacional, enfatizando a “prevalência do elemento de classe enquanto motor de uma revolução que, em suas tarefas, prepararia a construção do socialismo”²⁸⁹. Estas duas tendências conviveram no interior da FRAP. Entretanto, a partir dos debates de julho de 1957, nota-se que *El Siglo*, alinhado ao partido Comunista, passou a enfatizar com mais veemência os temas da formação de um governo democrático e popular e da liberação dos vínculos com o “imperialismo internacional”.

A unificação socialista foi ratificada no XVII Congresso Geral Ordinário Socialista, realizado nos dias 05, 06 e 07 de julho. A partir da tese da “Frente dos Trabalhadores”²⁹⁰, reafirmou-se a linha do “socialismo revolucionário”. Assim, rechaçaram-se possíveis alianças com o centro político e manteve-se uma atitude de colaboração “crítica” com o comunismo²⁹¹. Em editorial, *El Mercurio* comentou que as decisões da convenção atendiam a uma atitude intransigente do socialismo popular, que teria que ser respeitada pelos comunistas. Em especial, a designação de um candidato presidencial saído das fileiras da FRAP, repudiando a união com os “partidos burgueses” e, particularmente, com o radicalismo. Esta decisão definia ainda mais as posições dentro do campo político, “colocando a um lado a los que propician la conquista revolucionaria del poder y la implantación de una dictadura de clases y, frente a ellos, a todas las colectividades que declaran su

democráticos, quando uma aliança de esquerda, sob a orientação comunista, conseguisse conquistar uma maioria eleitoral. Alfredo Riquelme, 2009, op. cit., 70.

²⁸⁹ Alberto Aggio, op. cit, p. 83- 89.

²⁹⁰ Esta linha, cujas primeiras formulações remetem ao *Programa* de 1947, elaborado por Eugenio Gonzáles, considera que o modelo “etapista” requeria uma burguesia autônoma desvinculada dos interesses oligárquicos e imperialistas. Algo que não se aplicava aos países “dependientes” e “semi-feudais” como o Chile. Neles a burguesia se apresentava como uma classe débil e parasitária, que não poderia levar a frente mudanças como a reforma agrária, a industrialização e a liberação nacional, em virtude de seus vínculos com a classe à qual deveria opor-se. Marcelo Casals, 2010, op. cit., p. 44-45.

²⁹¹ Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 178.

adhesión al régimen democrático representativo, con los distintos programas de realizaciones que cada una de ellas propicia”. A “clarificação” do ambiente político obrigava que “todas las fuerzas democráticas de centro izquierda y derecha” iniciassem imediatamente as articulações para o pleito eleitoral de 1958, gestando uma candidatura “que logre dar mayores seguridades de realizar un gobierno progresista y evolutivo, y que, especialmente, cuide de coordinar fuerzas que aseguren para este gobierno una base parlamentaria y legislativa estable” (EM, 08/07/1957, p.3).

A despeito das possíveis discordâncias quanto ao lançamento de uma candidatura presidencial frapista, foi manchete de *El Siglo*: “Candidato Frap piden Socialistas” (ES, 07/07/1957, p. 1). O primeiro teste da força eleitoral da FRAP “unificada” se deu em uma eleição complementar para uma vaga de deputado por Valparaíso e outra para o conselho da municipalidade de Santiago, realizada no dia 21 de julho. Os temas principais da campanha, reproduzidos em primeira página na edição do mesmo dia de *El Siglo*, foram os aumentos de preços e a corrupção no governo: “Contra a hambre y negociados: Votad por el FRAP”. A surpreendente vitória de candidatos frapistas nos dois pleitos foi exaltada por *El Siglo* como um triunfo do povo sobre as combinações reacionárias²⁹². Através do voto na FRAP, o povo se pronunciara contra os planos da missão Klein-Saks e as “leyes represivas que avergüenzan nuestra democracia”. Em Valparaíso, a despeito das determinações em contrário de sua direção, o apoio das bases radicais ao candidato da FRAP sinalizava para o pleito presidencial de 1958. “La insurrección del radicalismo tendrá que hacer meditar al Partido, que con señor Bossay a la cabeza, es uno de los postulantes a la Presidencia de la República. Se triunfa con el pueblo. Se camina a la derrota cuando se traicionan los principios y se atropella el sentir del propio partido” (ES, 22/07/1957, p.3). O resultado foi visto como um golpe para o governo, para a “reação” e um estímulo para a FRAP e a “Convención del Pueblo” rumo à designação de um candidato próprio em 1958. Por outro lado, *El Diario Ilustrado* e *El Mercurio* optaram por minimizar a relevância dos pleitos, criticando o elevado percentual de abstenção. O desinteresse do eleitorado era sintoma de um “mal cívico profundo” (EM,

²⁹² “El FRAP entra a capitalizar el descontento electoral por la política de hambre y represión que sigue aplicando el gobierno con el apoyo de la derecha y la “oposición” apenas verbalista de los dirigentes radicales, más dedicados a los cubiletes políticos que a defender el pueblo” (ES, 24/07/1957, p. 3).

22/07/1957, p.3). Deixar de votar significava um desinteresse pelo bem-estar coletivo e uma “carencia total de conciencia de lo que es una democracia y del alto deber que significa la emisión del voto... esa desidia se muestra más marcada en los sectores que por su cultura y su posición están más obligados a demostrar conocimiento de sus derechos y deberes” (DI, 22/07/1957, p.3). Contudo, *El Diario Ilustrado* reconheceu a desobediência eleitoral da base radical e sua adesão ao candidato “socialista”, alertando para a necessidade do restabelecimento da “confianza de la masa” pelos dirigentes partidários²⁹³.

De fato, a FRAP ganhava cada vez mais espaço na preferência do eleitorado e as forças de “direita” teriam que se preparar para o enfrentamento eleitoral presidencial que se aproximava. *El Mercurio* cada vez mais iria reforçar seu discurso em prol da união dos “sectores democráticos” contra a esquerda marxista. Contudo, o ambiente político chileno de então não poderia se resumir a uma disputa entre socialismo e capitalismo. Ainda que as análises inserissem a política chilena como parte de um confronto mundial entre duas ideologias antagônicas, a questão ia um pouco mais além. Em verdade, as distintas correntes alinhadas sob diferentes matizes a estes grandes campos deveriam compreender e incorporar às suas linguagens as demandas de participação e os desejos do povo chileno. Neste sentido, o novo cenário parecia indicar a necessidade das forças políticas apresentarem uma linguagem inerente a uma nova realidade.

O momento era realmente de grande efervescência. No dia 28 de julho, da união entre a *Falange Nacional* e o *Partido Conservador Social-cristiano*, fundou-se o *Partido Demócrata Cristiano*²⁹⁴. Sob o ponto de vista programático, o novo partido se propunha a estar “más allá de derechas e izquierdas”, rompendo,

²⁹³ O reconhecimento do crescimento da “extrema esquerda” e a necessidade de maior união entre os “setores democráticos” também se fez presente nas páginas de *El Mercurio*. “Anotamos, de paso, que los resultados del domingo parecerían justificar algunas observaciones formuladas en estas columnas acerca de la reorganización y robustecimiento de los partidos de extrema izquierda” (EM, 22/07/1957, p.3).

²⁹⁴ No início do mês, ambas as agremiações haviam aceitado uma declaração de princípios que lançara as bases programáticas do novo partido. A união, que contou ainda com antigos membros do *Partido Agrário Laborista* e do *Partido Nacional Cristiano*, vinha sendo gestada pela Falange Nacional desde 1953, após o fracasso nas eleições parlamentares. Seu objetivo era a formação de um único partido popular de orientação cristã no Chile. Naquele mesmo ano, os dois partidos criaram a *Federação Social Cristiana* para propagar a doutrina social-cristã pelo país. Nas eleições parlamentares de março, a vitória de Eduardo Frei Montalva, principal figura da Falange Nacional, com a primeira maioria para vaga de senador por Santiago, alçou sua figura como potencial candidato à presidência da República e abriu caminho para a fusão definitiva. Luz María Díaz de Valdés. *La Democracia Cristiana, una opción ideológica y real frente al marxismo en Chile: (1957 – 1964)*. Santiago: Tesis para optar el grado de licenciatura en Historia. PUC-Chile, 2003, p. 62-63.

assim, com a tradicional estratégia pendular adotada até então pelo centro político, representado no Partido Radical²⁹⁵. Sua estratégia inicial era a busca de um caminho próprio e a recusa de alianças que o afastassem de sua proposta doutrinária. Desde o primeiro momento, o partido pretendeu possuir um projeto político alternativo ao capitalismo liberal e ao socialismo coletivista²⁹⁶. Fundamentado em suas bases cristãs, o PDC rechaçava a luta de classes e percebia-se como obstáculo ao crescimento marxista a partir de um projeto reformista. Seu objetivo era atrair setores populares até então marginalizados na política chilena, como os camponeses e os “pobladores” urbanos, difundindo seus ideais de justiça social e de democracia integral, distintos não só do modelo democrata liberal, como das bases do catolicismo conservador²⁹⁷. De acordo com *El Diario Ilustrado*, este discurso vinha sendo difundido pela Falange Nacional. Entretanto, não se refletia na prática política deste partido.

Por su parte la Falange Nacional, prescindiendo de sus dimensiones, cree que uno de sus hombres, acaso el más hábil, el más honesto, puede rectificar los rumbos de nuestra democracia, olvidándose que sus programas, su acción pretérita, su conducta están encaminados a los mismos mirajes socialistas que han destrozado nuestro régimen económico (DI, 06/07/1957, p.3).

²⁹⁵ De acordo com Luz María Díaz de Valdés, já após o pleito eleitoral de 1958, a Democracia Cristã ocuparia em definitivo uma posição proeminente no centro político, parte em função de seu conteúdo programático, parte pela fragmentação radical, derivada fundamentalmente de sua estratégia pragmática pendular. À cuidada reflexão de Díaz, acrescento talvez a utilização de uma linguagem mais conectada com as demandas populares de então e adaptada a um cenário político que cada vez mais incorporava as massas populares ao processo político decisório, ao qual o Partido Radical não conseguiu se adaptar.

²⁹⁶ Tomás Moulián, 2006, op. cit., p. 178.

²⁹⁷ A filosofia social-cristã entendia que a política deveria ser direcionada para a solução do problema social contemporâneo. O pensamento liberal que defendia a livre concorrência como organizadora da economia esquecera-se de seu caráter social e moral. O individualismo liberal estava na base das desigualdades e injustiças vividas nas sociedades modernas. Um modelo fundamentado na satisfação das necessidades individuais, e não nas coletivas, forjara a estrutura da sociedade capitalista, consolidando classes privilegiadas e um antagonismo “mortal” de interesses sociais que alimentava o impulso revolucionário em alguns homens. Neste sentido, o capitalismo não era sinônimo de democracia. Esta se orientava a partir da garantia de direitos humanos básicos. A injustiça social provocada pelo liberalismo era de tal ordem que fomentara soluções radicais igualmente perversas como o marxismo, que, em busca de uma distribuição mais justa dos bens econômicos, suprimia por completo os direitos individuais. Esta era a encruzilhada vivida pelo homem moderno. Enquanto o modelo liberal burguês garantia a liberdade, mas limitava o atendimento às necessidades básicas, o “totalitarismo comunista” suprimia a primeira, mas gerava meios para se subsistir decorosamente. Assim, a democracia cristã se propunha a apresentar uma alternativa diferente, apontando para a construção de uma comunidade de homens livres fundamentada no princípio do bem comum. Desta forma, a democracia, entendida como meio e fim, deveria se estabelecer em todos os níveis: político, social, econômico, cultural e internacional. A luta contra a tirania do liberalismo e do coletivismo socialista se daria a partir da persuasão pacífica, cujo motor era o amor ao próximo e a liberdade da pessoa humana. Luz María Díaz Valdés. Op. cit. 78- 94.

A despeito da crítica, o novo Partido surgia já com um candidato à presidência. Antes mesmo da fundação oficial da Democracia Cristã, Eduardo Frei aceitara a indicação de seu nome por um grupo de “independentes”. Ao comentar o “cuadro de ideas” apresentado por Frei, *El Diario Ilustrado* percebia uma “semelhança de pontos de vista” com as ideias de partidos que vinham sendo alvo de frequentes hostilidades do seu próprio partido. Dentre as ideias defendidas por Eduardo Frei, mas que também norteavam a atuação de Conservadores e Liberais, estavam pontos como: combate à inflação, aumento das inversões, redução dos gastos públicos, incentivo à agricultura, equilíbrio entre a produção agrícola e industrial, política de amizade com os EUA, condenação do “messianismo político”, respeito à empresa privada, recuperação da moralidade administrativa e aumento da renda nacional. Entretanto, Eduardo Frei não tocara em pontos fundamentais, como sua posição frente ao “comunismo internacional” e com relação à Lei de Defesa Permanente da Democracia. Também “chamava a atenção” o fato de um “homem de partido” aceitar sua proclamação por independentes. “Da a entender que en los acuerdos con los partidos es fácil apartarse de lo que él llama línea popular y nacional, colocándose así en la misma posición antidemocrática de los que impugnan la existencia de los partidos políticos, y en el hecho propician los mesianismos; el culto a las personalidades o las dictaduras” (DI, 27/07/1957, p.3).

De fato, a “definición de criterios” de Eduardo Frei se aproximava das preocupações políticas dos partidos Liberal e Conservador, o que abria espaço para possíveis acordos²⁹⁸. O próprio Frei, a despeito do discurso de caminho próprio, não se furtou em buscar acordos com a direita. Embora tenha rechaçado uma aproximação com os conservadores, a Democracia Cristã solicitou formalmente o apoio do Partido Liberal²⁹⁹. As dificuldades para articulação de

²⁹⁸ De acordo com Sofía Correa, nas proximidades do pleito de 1958, a diferença entre Frei e a direita era apenas de matizes. O único ponto que os afastava estava na nova ênfase antiestatista da direita, já que Frei considerava falsa a oposição entre Estado e empresa privada. Sofía Correa. Op. cit., p. 251.

²⁹⁹ Para Tomás Moulian, a recusa em buscar apoio junto aos conservadores se devia a dois fatores: à pouca reciprocidade entre o tradicional partido e a Falange Nacional, intensificada após o apoio falangista à candidatura de Eduardo Cruz-Coke em 1946; e à ofensiva doutrinária lançada por conservadores contra esta agremiação após a sua recusa em aprovar a Lei de Defesa Permanente da Democracia. Esta ação organizada contara, inclusive, com uma tentativa de se liquidar a Falange Nacional através de sua desmoralização junto às autoridades da Igreja Católica no Chile. Tomás Moulian 2006, Op. Cit., p. 188. Mesmo diante destas dificuldades, ainda se realizaram alguns contatos informais para o estabelecimento da aliança. Entretanto, ao não enviar uma carta

uma candidatura única entre as “forças democráticas” e, de certo modo, “antiestatizantes” se associaram às resistências internas de ambos os lados para impedir a aliança. Em setembro, os liberais optaram por apoiar a candidatura de Jorge Alessandri Rodriguez, proclamada em agosto, também por grupos independentes, mas que recebera o apoio imediato do Partido Conservador.

Embora concordasse com as alianças, Jorge Alessandri “exigiu” a manutenção de sua qualidade de independente e manteve uma postura crítica aos “maus hábitos políticos” que se praticavam no país³⁰⁰. Assim, sua candidatura à presidência da República ganhou um conteúdo particular. Seu proclamado apolitismo crítico à atuação dos partidos, se, por um lado, deu continuidade a aspectos de um discurso que canalizou a opinião durante as eleições de Ibáñez, por outro permitiu um papel proeminente do empresariado, tanto em sua campanha, coordenada essencialmente por técnicos, como em um possível governo. Um empresário bem sucedido poderia levar a cabo um processo de “modernização capitalista”, sem necessariamente depender da solução de entraves políticos. Apoiado em seu histórico familiar³⁰¹, Alessandri poderia se constituir no “estadista” capaz de suportar a difícil decisão de se tomar medidas em prol do futuro da nação, aparentemente impopulares, tal como apregoado nas páginas de *El Diario Ilustrado*³⁰². Curiosamente, o jornal conservador não reservaria a

formal de pedido de apoio, tal como fizera com os liberais, a DC rejeitou uma exigência da diretiva conservadora, impedindo, em definitivo, qualquer possibilidade de acordo. Cristian Gazmuri, Patricia Arancibia y Álvaro Gongora. *Eduardo Frei Montalva (1911-1982)*. Santiago: Fondo de Cultura económica, 1996, p.63.

³⁰⁰ Em março, em suas explicações para aceitar a indicação do Partido Liberal para concorrer ao Senado como independente, Alessandri afirmara que: “fue la convicción de que el escepticismo, el desconcierto y la desmoralización en que han sumido en la opinión pública nuestros malos hábitos políticos requieren que los hombres de opinión independiente, que son muchos, y que no se sienten interpretados por las actuales organizaciones políticas tomen la iniciativa de promover una acción rectificadora que destruya los fatales errores que se han incrustado, merced a la prédica demagógica e irresponsable, en el ánimo de muchos de nuestros compatriotas”. Apud. Sergio Carrasco Delgado. Alessandri: su pensamiento constitucional. Reseña de su vida pública. Santiago: Jurídica de Chile/ Andrés Bello, 1987, p. 39-40.

³⁰¹ Jorge Alessandri Rodrigues era filho do ex-presidente Arturo Alessandri Palma e irmão de Fernando Alessandri Rodrigues, candidato derrotado à presidência da República em 1946 e presidente do Senado desde 1950. Arturo Alessandri, “el León de Tarapaca”, foi uma das figuras políticas mais conhecidas da cena chilena, tendo sido presidente da República entre os anos 1920 e 1924. Neste ano, frente à ameaça de um golpe de Estado, renunciou a seu posto. Retornou em março de 1925, permanecendo na Presidência até outubro, quando se promulgou uma nova Carta constitucional de 1925. Diante de outra ameaça de golpe, renunciou novamente. Voltou à presidência da República em 1932, cumprindo integralmente seu mandato até 1938. Em 1944, foi eleito senador, ocupando a presidência do Senado de 1949 até a sua morte em 1950.

³⁰² “El país necesita algo mejor que un término medio de asambleístas... el país necesita estadistas que sepan arrostrar la impopularidad, y no los que han buscado las simpatías de los que manejan asambleas” (DI, 04/07/1957, p.3) “Pero, además, es indispensable trazar con visión de estadista las

Alessandri as mesmas críticas atribuídas a Eduardo Frei por ocasião de sua declaração questionadora do perfil dos partidos políticos chilenos.

Ainda em setembro, a “Convención Nacional del Pueblo”, organizada pela FRAP, aclamou a candidatura do senador Salvador Allende, que assim concorria à presidência pela segunda vez. Propondo “un nuevo camino para Chile”, seu programa de governo sustentava a necessidade de democratização do cenário político, com a reforma da lei eleitoral estendendo o direito de voto aos maiores de dezoito anos e aos analfabetos³⁰³. O cenário para as eleições presidenciais de 1958 se definiu, então, de forma fragmentada, com cinco candidatos. Com a confirmação de Luis Bossay, o Partido Radical concorreu de forma isolada pela primeira vez em vinte anos, colocando à prova sua condição de primeira força eleitoral do país. Jorge Alessandri manteve seu discurso de independência, mas contou com o apoio integral dos tradicionais partidos Conservador e Liberal, fato que aparentemente lhe dava uma base de apoio superior ao radicalismo³⁰⁴. A FRAP testou seu crescimento com a candidatura de Salvador Allende e a recém-criada Democracia Cristã seguiu com Eduardo Frei. A eles se somou ainda o expadre Antonio Zamorano, que em março se elegera deputado por Valparaíso nas listas da FRAP. Contudo, concorreu de forma independente, contando com algumas figuras políticas ligadas ao ibanismo, mas sem o apoio de nenhuma grande agremiação.

A crise econômica foi o principal mote de campanha de praticamente todas as candidaturas, com o governo de Ibáñez sendo alvo de ataques por muitos vieses. Mesmo entre os setores liberais, a despeito da adoção do receituário Klein Saks, foi comum o entendimento de que

la lucha antiinflacionista no ha podido curar la desmoralización profunda que había sufrido el país ni menos dar espina dorsal a un Gobierno que en si mismo

líneas fundamentales de un plan de estímulo para la producción... Los dolorosos sacrificios que hoy debe soportar la población deben tener una compensación próxima con el mejoramiento de las condiciones de vida; pero, para esto, es indispensable que el Gobierno se decida, de una vez por todas, a llevar adelante la totalidad de las medidas de reordenación económica, y, especialmente, que dé el ejemplo de sacrificio y de austeridad que las circunstancias imponen” (DI, 07/07/1957, p.3)

³⁰³ Marcelo Casals Araya, 2010, op. cit., p. 39.

³⁰⁴ No pleito parlamentar de 1957 os radicais obtiveram 21,5% dos votos, mantendo-se como principal força política, a despeito da relativa perda de espaço para a Falange Nacional, que neste pleito já alcançara 9,4% dos votos. Contudo, Liberais e Conservadores, segunda e terceira força política, com 15,8 e 13,8 por cento dos votos, somavam juntos 29,6% dos votos, o que embora representasse uma ligeira queda com relação a outros pleitos, garantia a Alessandri o favoritismo para o pleito. Tomás Moulian, 2009, p. 101-102.

constituyó un desborde de la ciudadanía que había perdido, en su mayor parte, la fe en los partidos políticos. La desorganización y la falta de ética administrativa se han acrecentado día a día por la improvisación de elementos funcionarios y la sensación que muchos de ellos tenían de pasar por los cargos en forma transitoria, para disfrutar de bienestar personal. (EM, 31/07/1957, p.3)

Em meio a uma série de novas demandas populares e a crescente pressão por uma participação mais ativa de diversos setores “esquecidos” da política chilena, as variadas correntes políticas, tradicionais e recentes, competiram pela primeira vez sem contar com as alianças plurais que marcaram as disputas dos anos anteriores. *El Siglo*, *El Mercurio* e *El Diario Ilustrado* repercutiram discursos e ações, mobilizando os conceitos de povo, democracia e legalidade de acordo com suas leituras particulares e tendências políticas. Além de tentar interpretar as demandas do eleitorado, estes órgãos ainda que sob alegada imparcialidade, como no caso de *El Mercurio*, se lançaram em busca de apoios para as linhas de pensamento e ação que entendiam como adequadas para os destinos do Chile. A menos de dois meses para o pleito, a base e a estrutura eleitoral sofreram alterações que possibilitaram a entrada de novos atores, evidenciando um novo perfil de eleitor a se compreender e cooptar, que ao longo dos anos seguintes também implicou em mudanças na forma de se pensar a ação política.

2.3 – A nova realidade do eleitorado e sua repercussão na imprensa durante a campanha presidencial de 1958

Após a definição dos candidatos, as campanhas seguiram seu rumo até que em março de 1958 se realizou uma eleição complementar para deputado pelo III Distrito de Santiago. Cercados de muita polêmica, incluindo acusações de suborno e compra de votos, os debates em torno do pleito evidenciaram ainda mais a necessidade de reformas na lei eleitoral, há muito discutidas por diversas correntes partidárias. Além disso, em virtude da proximidade das eleições presidenciais, o pleito foi interpretado como uma espécie de “termômetro”, sinalizando para os resultados da eleição de maior abrangência. A vitória do liberal Enrique Edwards Orrego reforçou ainda mais o favoritismo de Jorge Alessandri. Esta conjuntura contribuiu para a formação do *Bloque de Saneamiento Democrático*, composto por forças parlamentares ligadas a Bossay, Frei e Allende. Os objetivos do bloco conformavam um conjunto de demandas pleiteadas junto ao Congresso Nacional e

ao Executivo, antes mesmo da eleição de Ibáñez. Entre elas estava a derrogação da Lei de Defesa Permanente da Democracia e uma ampla reforma eleitoral que aperfeiçoasse a representatividade do sistema político. Contando com o beneplácito do Executivo, inclinado a dar respaldo a um projeto defendido em tempos de campanha, mas rejeitado ao longo do governo, o Bloco, então com ampla maioria na Câmara e no Senado, conseguiu aprovar um conjunto de reformas em um breve espaço de tempo³⁰⁵.

A necessidade de reforma eleitoral era fruto das debilidades do sistema vigente. Em primeiro lugar, cabe lembrar que, no Chile, nem a inscrição, limitada aos maiores de 21 anos alfabetizados, nem o voto eram obrigatórios. Este cenário contribuía para uma baixa participação que, embora tivesse aumentado depois da reforma eleitoral de 1949 que concedera o direito de voto às mulheres³⁰⁶ e da mobilização político-eleitoral dos anos do *ibanismo*, ainda apresentava números pouco expressivos³⁰⁷. Em segundo lugar, cabia aos partidos, e não ao *Servicio Electoral*, a confecção dos boletins de voto com os nomes de seus candidatos. Isto facilitava a corrupção e a fraude eleitoral, pois era possível identificar o voto individual. O sistema também favorecia a proliferação de partidos, tendo em vista que permitia a formação de listas conjuntas que possibilitavam a eleição de representantes de pequenas agremiações através do voto dado aos partidos maiores. Além de atribuir excessivo poder a agremiações sem representatividade, o sistema abria espaço para pactos locais, segundo interesses particulares. O novo conjunto de leis, promulgado no início do mês de julho, estabeleceu importantes modificações no sistema no sistema eleitoral. Para se minimizar a corrupção e diminuir a influência das pressões de oligarquias locais sobre o eleitorado,

³⁰⁵ Diversos fatores podem ter contribuído para esta mudança de posição: necessidade de reaproximação com suas bases populares; perda da relevância de questões de ordem pública; desgaste com os partidos de direita e mesmo a histórica inimizade entre Ibáñez e os Alessandri, então favoritos ao pleito. Cabe ressaltar, contudo, que a despeito de não opor dificuldades à aprovação da reforma eleitoral, o governo foi reticente quanto à derrogação da lei de defesa da democracia.

³⁰⁶ A concessão do sufrágio às mulheres também foi o resultado de uma longa luta do movimento sufragista chileno. Para uma análise detalhada da mobilização das mulheres chilenas em favor da igualdade de direitos políticos, ver, Edda Gaviola, Ximena Jiles, Lorella Lopresti e Claudia Rojas. *Queremos votar en las próximas elecciones: historia del movimiento sufragista chileno 1913-1952*. Santiago; Lom, 2007.

³⁰⁷ Outros obstáculos legais também contribuem para explicar a baixa inscrição. As “juntas inscriptoras” funcionavam somente por duas horas, nos primeiros oito dias de cada mês, suspendendo seus trabalhos seis meses antes e noventa dias depois de cada eleição. Considerando-se, por exemplo, que entre 1956 e 1958 houve três eleições, pode-se verificar o curto espaço de tempo disponível para inscrever-se. Além disto, as inscrições tinham validade de apenas 12 anos. Ao final deste período era necessário realizar-se nova inscrição. C. Huneeus, op. cit., p. 332-333.

especialmente nas zonas rurais, implantou-se a cédula única confeccionada e produzida pelo *Registro Electoral*; estabeleceu-se a pena de prisão incomutável para os casos de corrupção e fraude eleitoral; proibiram-se os pactos políticos provinciais, exigindo-se acordos nacionais, aprovados pela direção dos partidos e definidos 120 dias antes dos pleitos. A estas medidas somou-se a determinação da revalidação das mais de 20 mil inscrições canceladas por força da Lei de Defesa Permanente da Democracia³⁰⁸. As transformações foram de tal ordem que Luis Hernández Parker chegou a classificá-las não como “una reforma legal, sino una revolución legal”. Com a nova cédula, o “ciudadano elector” deixava de estabelecer um contrato privado com o candidato que a fornecia, passando a celebrar um contrato público com o Estado. “Parece algo sencillo, y realmente la reforma obliga a una REVOLUCIÓN EN LA MENTE del elector. De un proceso mecánico que es hoy sufragar, se convierte en un proceso consciente”. Para o “Bloque de Centro-izquierda” era fundamental aumentar o volume e a capacidade de votação no país. “Llegar a los 2 millones y medio de electores. El objetivo final es claro y revolucionario: terminar con el poder político de la Derecha”³⁰⁹. Impulsionado pela intensa mobilização política que se seguiu à aprovação da reforma e pelo retorno dos cidadãos excluídos dos registros, o número de votantes sofreria alterações significativas já no pleito de 1958³¹⁰.

³⁰⁸ Cabe lembrar que a Lei de Defesa Permanente da Democracia não somente proscovia o Partido Comunista, como também seus militantes e simpatizantes. Estes perderam o direito a voto e a eleger-se. Na historiografia os números de registros cancelados aparecem de forma variada, com alguns autores chegando a mencionar 40.000 proscritos. De acordo com Carlos Huneeus, 23.311 recuperaram seu direito a voto. Com relação às inscrições, estendeu-se o prazo de validade para vinte anos e diminuiu-se o seu tempo de suspensão antes e depois de cada eleição para 120 e 30 dias. As juntas de inscrição passavam a funcionar por três horas durante todo o mês útil, tendo seu número mínimo de membros reduzido de três para dois. Carlos Huneeus, op. cit., p. 337 -341-342. Ver também: Tomás Moulian, 2006, op. cit, 169-170; Sofia Correa, op. cit., 256-257 e Marcelo Casals, 2010, op. cit., p. 35.

³⁰⁹ Luis Hernández Parker. Reforma electoral de 1958: creación de la cédula única electoral. 24 de abril de 1958. Op. Cit., p. 123-124, Caixa alta do autor. De fato, as reformas eleitorais aprovadas sob o protesto dos partidos de direita ampliaram a possibilidade de participação, dando início a um processo de democratização política, reforçado em 1962, com o estabelecimento do voto obrigatório, e concluído, anos depois, com as reformas de 1970. Esta última estendeu o voto aos maiores de 18 anos e aos analfabetos, modificando radicalmente o cenário político eleitoral chileno e transformando em realidade “pela primeira vez, o sufrágio universal proclamado quase um século antes”, Alfredo Riquelme Segóvia. Los modelos revolucionários y el naufragio de la via chilena al socialismo. In: Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. L'idée de revolution en Amerique Latine du 19e au 20e siècle. Paris 26-27, janvier, 2007.

³¹⁰ Enquanto nas eleições presidenciais de 1952 estavam aptos para o voto 1.105.029 eleitores entre 776.625 homens e 328.404 mulheres, em 1958 os números saltaram para 1.497.902 eleitores, sendo 1.182.291 homens e 508.666 mulheres. Um aumento de 35,6%. Marcelo Casals, 2010, op. cit., p. 38.

A derrogação da Lei de Defesa da Democracia, outra demanda do *Bloque de Saneamiento Democrático*, ainda demoraria um mês para se efetivar. O governo concordou com o retorno à legalidade do Partido Comunista e de seus simpatizantes. Contudo, sob o argumento de assegurar “la seguridad exterior e interior de la República, el mantenimiento del orden y de la paz social” condicionou a derrogação da lei à aprovação de uma nova *Ley de Seguridad Interior del Estado*. Esta permitiria declarar ilícitos, por um ato administrativo do Diretor de Registros Eleitorais, partidos que atentassem contra estes princípios. Diante do rechaço do Parlamento, o governo pressionou o bloco de maioria retirando o pedido de urgência sobre a discussão da derrogação da lei, o que poderia fazer o processo estender-se para depois do pleito presidencial. Finalmente, formulou-se um acordo para aprovação das duas medidas. A *Ley de Seguridad Interior del Estado* mantinha a possibilidade de se declarar a ilicitude dos partidos que cometessem delitos contra a soberania nacional e a segurança exterior do Estado, mas garantia a liberdade de ideias. Além disto, para que a declaração de ilegalidade fosse efetivada, seria necessária sua confirmação pelo Senado e pela Justiça, em primeira e segunda instância. Aprovada na Câmara no dia 31 de julho, a derrogação da lei foi promulgada pelo presidente da República no dia 02 de agosto³¹¹.

A derrubada da *Ley Maldita* foi interpretada por *El Siglo* como uma vitória da democracia, da legalidade constitucional e do povo chileno³¹². Os membros do

³¹¹ Para maiores detalhes sobre as discussões parlamentares ver Carlos Huneeus, Op. Cit., p. 342-351. Conforme ressalta o autor, é relevante o fato de que outras restrições impostas pela lei sem relação direta com o tema comunista não foram totalmente eliminadas. Manteve-se a proibição de greves e paralisações nos serviços públicos, de utilidade pública ou de funcionamento legal obrigatório e introduziu-se um novo tipo penal que castigava as empresas que declarassem “lock-out” ou que participassem de greves com as características aqui expostas. Medidas que, em síntese, limitavam os direitos dos trabalhadores e a liberdade sindical.

³¹² “Esta victoria no es de un partido, ni de un grupo de partidos. Es la victoria de la democracia chilena... Es la victoria, en fin, de los millones de chilenos que... combatieron en todos los campos para lograr el restablecimiento de las libertades públicas, de una convivencia democrática en nuestra tierra”(ES, 01/08/1958, p.3); “La ley de Defensa de la Democracia convirtió en norma legal lo que en otras épocas fue arbitrariedad extralegal... los pueblos libres vieron asombrados y contritos como un país que había ganado el derecho a regirse por estatutos constitucionales, bajada de su pedestal para colocarse en la desmedrada posición de una “dictadura legal” que perseguía a sangre y fuego las ideas, atentaba contra la libertad sindical y de información, y creaba una clase especial de parias ciudadanos” (ES, 04/08/1958, p.4); “Brindis por un “un gran triunfo del pueblo”, hizo el partido comunista” (ES, 02/08/1958, p.1); “La noticia de la derogación fue recibida con júbilo extraordinario por todos los sectores democráticos del país” (ES, 03/08/1958, p.1); No dia 20 de agosto, em uma edição especial dedicada à independência do Chile, *El Siglo* publicou um caderno especial intitulado “Ley Maldita, 10 años de ignominia. Historia de una traición que **el pueblo derrotó**” (grifo meu).

Bloque Parlamentario de Saneamiento Democrático mereciam aplausos por colocar seu amor pela democracia por cima de “serias diferencias electorales” (ES, 01/08/1958, p.3). Por outro lado, as declarações públicas de conservadores e liberais, contrários à derrogação da lei, expunham “la contumacia antidemocrática de sus componentes. Incluso cegada por un odio al pueblo” (ES, 08/08/1958, p.3)³¹³. Contudo, “el **pueblo de Chile** ha tenido ocasión de constatar, pues, dos actitudes, dos conductas que son claramente demostrativas de los diferentes caminos que para él se abren el 4 de septiembre. Y no dudamos que ese día sabre escoger el de la libertad y la convivencia ciudadana” (ES, 08/08/1958, p.3).

Assumindo uma posição completamente, *El Mercurio* interpretou a derrogação da *Ley de Defensa Permanente de la Democracia* como um amparo legal para atividades ilícitas. Para o jornal, a lei não pretendia limitar a liberdade individual, ferindo assim um principio básico da democracia, mas sim perseguir uma organização revolucionária. Dirigidos interna e externamente pelo totalitarismo russo, os comunistas chilenos visavam atentar contra as instituições, desintegrar os órgãos do Estado e, em última instancia, destruir o regime democrático. A elaboração da Lei nº 8.987 fora necessária porque no conjunto da legislação chilena não havia dispositivos que possibilitassem o combate legal a esta ação, até então desconhecida do legislador. Ao não considerar este aspecto, o “Bloque de mayoría” levava Congresso a ditar uma “ley que tiene la apariencia de escudo para detener los actos contrarios a la democracia, pero que en realidad carecerá de toda a eficacia” (EM, 01/08/1958, p.3). A nova configuração legal deixaria o futuro governo exposto a atos sediciosos. Sob o ponto de vista da legalidade, a situação expunha um problema ainda mais grave, pois, diante da ineficácia da lei penal, em caso de uma emergência, o governo teria que proceder “de fato” contra os que ameaçassem a estabilidade do regime republicano³¹⁴.

³¹³ O jornal comunista também não poupou críticas à “imprensa reaccionaria”. “Hasta el último momento “El Mercurio” y “El Diario Ilustrado” no escatimaron frases de advertencia crítica y hasta de amenazas veladas al pres. Ibáñez, para obtener del Primer Mandatario posible veto al proyecto derogatorio de la Ley Maldita... la prensa reaccionaria azuzaba por todos los medios la perpetuación de las cadenas. Nadie importaba para los órganos del imperialismo... bancaria los atropellos a libertad de prensa, la censura, clausura y despliegue de respetables órganos de publicidad, hechos que figuraron para vergüenza del país, en el periodo tenebroso de esta ley liberticida... Un periodista...murió en el campo de concentración... sin que ello mereciera sino líneas de escarnio a los voceros del alessandrismo” (ES,03/08/1958, p.3).

³¹⁴ A nova lei de segurança interna previa disposições punitivas para aqueles que praticassem determinados delitos e “atos terroristas”, tornando injustificada qualquer atitude “de fato”. *El Diario Ilustrado*, embora reconhecesse esta possibilidade, alertava que a derrogação da Lei de

Segundo *El Mercurio*, muitos daqueles que apoiaram o retorno dos comunistas à legalidade não o fizeram em função de supostos “princípios democráticos”, mas sim por uma estratégia conjuntural ligada a possíveis vantagens no pleito eleitoral³¹⁵. Entretanto, as visíveis consequências deste ato, como a agitação política, o estímulo à desordem nos sindicatos e nas ruas, já estavam sob o juízo da opinião independente do país³¹⁶.

Esta posição foi compartilhada por *El Diario Ilustrado*, que se mostrou ainda mais incisivo em suas críticas³¹⁷. Para este periódico, somente os “parlamentarios que han se opuesto a la derogación de la ley... han sabido interpretar los **verdaderos e permanentes intereses nacionales**”. Sobre os “integrantes da maioria” e o governo Ibáñez pesava a grave responsabilidade de recolocar os comunistas na legalidade, justamente em meio a uma grave crise da Guerra Fria. Naquele momento, o comunismo internacional penetrava na América do Sul, “valiéndose de las actuales penurias económicas y de errores del bloque

Defesa da Democracia debilitava a capacidade do Estado de preservar sua segurança, pois suprimia as disposições preventivas que evitavam o impacto social negativo causado por estes delitos. Isto se constituía em elemento fundamental no combate a uma facção contrária à organização republicana (DI, 11/08/1958, p.3). “Se sabe que el comunismo no siempre pretende imponer se régimen con la violencia; la basta estar organizado políticamente para tener influencia en los Gobiernos y, una vez en esa situación, controlar los centros llaves hasta la total extinción del régimen democrático. La derogación de la Ley de Defensa Permanente de la Democracia les abre el camino...Ahora bien, si los comunistas cometieran el error de actuar en forma violenta, la ley serviría para reprimir las actos atentatorios contra la paz pública y contra los poderes constituidos, lo que significará el sacrificio de quien sabe cuanta gente, y el vivir horas de angustia para reponer las cosas en su lugar, situaciones que siempre deben evitarse, y para lo cual solo era menester la aplicación de la Ley derogada”(DI, 08/08/1958, p. 3)

³¹⁵ “La larga y sostenida campaña que libraron sus cuadros para volver a la legalidad no había encontrado a lo largo de 10 años otra coyuntura más favorable que la contienda presidencial. Algunos sectores políticos, como el socialista, postularon que las soluciones del país deberían buscarse a través del reemplazo de la actual estructura social y económica por otra de corte marxista. Fueron los teóricos de la campaña. Otros sectores políticos, de raigambre centrista, terminaron por sentirse culpables de haber dado sus votos a la Ley de Defensa Permanente de la Democracia y se plegaron a su derogación. Fueron los débiles de la campaña. No faltaron, por último, agrupaciones que por definición ideológica eran opuestas al comunismo, pero se pusieron al lado de la rehabilitación, pensando que sí facilitaría su triunfo en las urnas. Fueron los tácticos de la campaña. Todo este conjunto de fuerzas hizo entrar nuevamente al comunismo al escenario político y parlamentario, a la vida sindical y gremial” (EM, 30/08/1958, p.3).

³¹⁶ “Los que han obrado con tanta ligereza e inconsecuencia política son observados por una enorme **opinión independiente**... que si le interesa que el país... logre alcanzar en los seis años que vienen nuevas etapas de progreso y de bienestar para la **ciudadanía**.” (EM, 30/08/1958, p.3).

³¹⁷ Luis Hernandez Parker assim distinguiu o conteúdo dos editoriais de *El Diario Ilustrado* e *El Mercurio*, sobre a derrogação da lei ““Después de la derogación, los sectores derechistas que fueron tenaces contrarios a Ella reaccionaron de un modo diferente. El Mercurio, sin perder la calma. El Diario Ilustrado, con ademán febril de quién siempre tuvo esperanzas y las perdió definitiva y dolorosamente al final. [...] Tuvo la reacción del despechado. Del amante que es vencido por el rival. De la novia que se queda con su hermoso trousseau esperando en la puerta de la iglesia. Luis Hernandez Parker. Derogación de la Ley de Defensa de la Democracia. 5 de agosto de 1958. Op. Cit., p. 128.

democrático en su ayuda a estas naciones” (DI, 21/07/1958, p.3). Os socialistas, embora estivessem cometendo o suicídio político de apoiar um partido que iria traí-los na primeira oportunidade, agiram conforme sua doutrina. Sendo inimigos do sistema democrático formal, era natural que tentassem derrogar as valas legais que se opunham à instauração de uma ditadura, objetivo último de seu projeto. Contudo, era impressionante que “algunos partidos de clara raigambre democrática” tenham se deixado envolver (DI, 01/08/1958, p.3). Ao votar a favor da derrogação da lei, o Partido Radical cometia um contrassenso político e doutrinário. Político porque derrubavam uma lei impulsionada por um presidente radical. Doutrinário porque se tratava de um “partido real y efectivamente democrático, que ha dado muchas y exitosas batallas por el perfeccionamiento de nuestras instituciones republicanas. Y el Partido Comunista es en esencia la antítesis de Democracia y de República” (DI, 31/07/1958, p.3). O Partido Democrata Cristão também foi alvo de inúmeros editoriais. Sob o ponto de vista doutrinário era escandaloso que um partido católico defendesse os piores inimigos da Igreja, da pátria e da civilização (DI, 07/08/1958, p.3)³¹⁸.

Ao longo de toda a campanha as disputas entre *El Diario Ilustrado*, expressão de setores conservadores mais tradicionalistas, e a Democracia Cristã foram intensas, sendo inclusive permeadas por duras acusações de cunho moral³¹⁹. Enquanto a DC classificava a “extrema direita” como inimiga do progresso e da justiça entre os trabalhadores, *El Diario Ilustrado* contra-argumentava que, no Chile, a “direita” rechaçava extremismos. Para o jornal, os conservadores foram os pais de toda a legislação social chilena. “Están muy distantes otros partidos que

³¹⁸ Durante o processo de votação da derrogação da lei, os setores conservadores, sem sucesso, insistiram para que a Igreja se pronunciasse contrária ao fim da lei obrigando os deputados católicos a votar neste sentido. *El Diario Ilustrado* chegou a invocar as normas do Santo Ofício e a citar a pastoral do Bispado do Rio de Janeiro para demonstrar a oposição entre comunismo e cristianismo. Contudo, não encontrou grande repercussão na cúpula da Igreja Chilena, que então não mais assumia uma postura anticomunista tão explícita quanto nos anos 40. Carlos Huneeus, op. cit., 339-340. Às vésperas do pleito *el Diario Ilustrado* insistiria nesta oposição entre comunismo e igreja para pressionar os “falangistas”. Desta vez se basearia em uma declaração do Papa assinalando que os católicos não deveriam colaborar com o comunismo. “La voz de Su Santidad se ha elevado una vez más para señalar el peligro comunista, para ubicarlo en la América Latina y para dictar a los católicos a luchar decididamente en su contra. Veremos si todos cuantos se dicen católicos tienen esa actitud y la adoptaran con la decisión que el Papa le pide, y que las circunstancias exigen” (DI, 31/08/1958, p.3).

³¹⁹ Em declaração oficial, a Junta Conservadora acusou o PDC de agir por puro ódio e rancor. Seu apoio aos comunistas ia de encontro aos seus próprios interesses eleitorais, “pues en esta forma han otorgado varios miles de votos a un contradictor de su propio candidato en la presente campaña, lo que indica que, más que su propio triunfo, les interesa la derrota del señor Alessandri” (Apud. DI, 07/08/1958, p.3)

se dicen de avanzada, de mostrar una centésima parte siquiera de tan inmensa labor. Mucho menos aquellos que invocan el progreso para conquistar adhesiones por medio de la confusión y el engaño” (DI, 03/08/1958, p.3)³²⁰.

Especificamente com relação aos comentários acerca da derrogação da Lei nº 8.978, tanto em *El Mercurio*, quanto em *El Diario Ilustrado*, nota-se a insistência no emprego dos mesmos argumentos adotados dez anos antes, por ocasião da aprovação da lei. A despeito das diversas transformações no ambiente político interno e externo, os conceitos de povo, democracia e legalidade foram mobilizados a partir de uma gama similar de significados. Não custa lembrar que, ao contrário do que acontecera em 1947-1948, as tensões da Guerra Fria se encontravam em um momento de certo “relaxamento”³²¹. Da mesma forma, as demandas por independência econômica com relação aos Estados Unidos repercutiam na sociedade chilena, arrefecendo um discurso “pro-EUA” entre partidos e outros setores da sociedade. Do governo também partiam iniciativas para a expansão da comercialização do cobre chileno para além da orientação norte-americana³²². Entretanto, os jornais continuavam a opor comunistas e democracia e a relacionar suas ações a um plano totalitário internacional para derrubada dos regimes democráticos e da civilização ocidental³²³.

³²⁰ Esta tentativa de se aproximar dos trabalhadores a partir de um viés paternalista no qual legisladores iluminados ofereciam medidas em benefício do povo era uma prática conservadora recorrente. Nas vésperas do pleito, o jornal publicou com destaque um questionário intitulado “Una Clase de Historia”, em que perguntava e respondia sobre os autores de diversas medidas legais em prol dos trabalhadores. Depois de atribuir autoria a personalidades dos partidos “autenticamente democráticos” e questionar o papel desempenhado pelas figuras marxistas, afirmou: “El 4 de septiembre el pueblo de Chile hará memoria de este histórico contraste y votará por el abanderado de los hombres a quienes debe nuestra avanzada legislación social. Votará por Alessandri” (DI, 23/08/1958, p.3)

³²¹ De fato, desde 1953, vivia-se um período em que as tensões do ambiente da Guerra Fria, até então extremadas, relativamente se distendiam. Com a morte de Stalin, em 1953, e a chegada de Nikita Khrushchev ao governo, ocorreu uma renovação nas estratégias de política externa da União Soviética. O novo secretário-geral do partido comunista condenou os crimes cometidos por seu antecessor e passou a pregar uma “coexistência pacífica” com os Estados Unidos que minimizasse os riscos de um conflito mundial. Este cenário somou-se ao rompimento do presidente norte-americano Dwight Eisenhower com o senador Joseph McCarthy, virulento anticomunista, em outubro de 1953, e ao armistício às Coreias, para o arrefecimento do clima de conflito iminente e das perseguições internas e externas.

³²² Os jornais divergiam quanto a um possível estabelecimento de trocas comerciais com a URSS. Enquanto *El Mercurio* alertou para os perigos da infiltração de técnicos soviéticos, que, sob o pretexto de montar equipes comerciais, montariam células revolucionárias (EM, 01/08/1958, p.3), *El Siglo* defendeu a possibilidade de comercializar com os “promissores mercados socialistas” como um direito soberano que deveria responder apenas aos interesses chilenos.

³²³ No dia 06 de agosto, em ampla reportagem de primeira página, *El Diario Ilustrado* destacava: “América latina en los planes de los jerarcas del comunismo. Estiman que el ambiente “maduro” para un golpe de propaganda inserir na parte mundo”.

Dentre às discussões sobre a repercussão da promulgação do novo conjunto de leis eleitorais, cabe destacar também as interpretações realizadas sobre a cédula única. Para *El Mercurio*, a adoção imediata do novo modelo gerava apreensão em diversos setores políticos. Alterações deste porte necessitavam de ampla discussão – e divulgação – para que a cidadania não tropeçasse nos obstáculos impostos, levando a “la nulidad de los votos de numerosos contingentes ciudadanos”. A “psicosis del cohecho” teria levado o legislador a se esquecer que “la simplificación es base de los actos democráticos y que sin ella la participación del electorado se restringe, que los preceptos de este carácter **deben estar a tono con la mentalidad del mayor número, en que no caben múltiples indicaciones**” (EM, 04/08/1958, p.3, grifo meu). De acordo com *El Diario Ilustrado*, com a cédula única oficial aumentavam-se os perigos de um desenlace não democrático para o pleito. Adotara-se “un sistema de votación que evidentemente **supera el nivel cultural de nuestra población electoral...** [Estos cometerán] errores que significarán la anulación del sufragio o incertidumbre en cuanto al candidato por el cual quiso sufragar”. A aplicação de mudanças tão bruscas em uma eleição presidencial gerava a fundada suspeita de que “manos siniestras quieren **aprovechar la debilidad, la ignorancia** o la pasión de quienes han intervenido en todo este proceso, para producir en el país inquietudes y trastornos”. (DI, 02/08/1957, p.3, grifo meu). Curiosamente, embora questionasse a capacidade do povo, *El Diario Ilustrado*, argumentou que a introdução cédula única, em última instância, visava impedir que os setores “modestos” emitissem seu voto, majoritariamente favorável à Alessandri. Ou seja, os eleitores não tinham capacidade para marcar um X ao lado de seu candidato preferido, mas tinha “plena consciência” de que Jorge Alessandri era o cidadão mais indicado para conduzi-los.

El pretexto es contrarrestar el cohecho; pero lo real es... impedir que el pueblo, los sectores modestos de la población emitan válidamente sus sufragios, lo que constituye una prueba fehaciente de que reconocen un gran arraigo de la candidatura del señor Alessandri en esos sectores. Si tuvieran la seguridad de que no lo apoyan las grandes masas proletarias, trabajarían por facilitar la emisión del voto en quienes por su escasa cultura no son diestros para entender claramente la manera de doblar la cédula, de marcar la preferencia y de pegarla (DI, 07/08/1957, p.3)

Esta posição foi alvo de uma resposta imediata de *El Siglo*. A cédula única não pretendia impedir o voto do povo, mas sim que o eleitor fosse compelido a votar por meios escusos, contra sua vontade. Os argumentos dos representantes de uma oligarquia elitista apenas demonstravam seu desprezo absoluto pela capacidade do cidadão (ES, 06/08/1958, p.3)³²⁴. Para *El Siglo*, defensor da candidatura de Salvador Allende, toda a gritaria não passava de uma cortina de fumaça para esconder a derrota do candidato da “reação”. Diante das mudanças, a direita se dera conta de que não poderia mais recorrer à corrupção e à fraude eleitoral, elementos chave para suas vitórias há mais de 100 anos.

A los caporales de la derecha... les escapan las posibilidades en convertir a los campesinos en dóciles rebaños... Ni que tampoco podrá controlar al elector hasta convertirlo en un simple autómatas al que se entregaba el voto para que ello lo depositara en la urna sin darle siquiera la oportunidad de conocer el nombre del candidato por quien debía votar... Ahora se ha complicado: el ciudadano podrá escoger por su cuenta el candidato al cual desea marcarse preferencia en la cédula única” (ES, 05/08/1958, p.3)

Ao contrário do que fazia em eleições anteriores, o eleitor deveria marcar o nome e número do candidato escolhido em uma cédula em que constavam os nomes de todos os pretendentes ao cargo. Posteriormente, antes de depositá-la na urna, deveria dobrá-la na horizontal e na vertical para evitar qualquer forma de reconhecimento do voto. Estas dobras foram vistas como um elemento a mais para a anulação de votos. O eleitor poderia se confundir, dobrar de forma equivocada ou mesmo rasgar a cédula³²⁵. Para evitar a corrupção, poder-se-ia adotar um método mais simples, mas, mesmo assim, seria necessário o treinamento do eleitor em uma eleição de menor relevância (EM, 04/08/1958, p.3).

A questão ainda teria outros desdobramentos. O *Tribunal Calificador de Elecciones* baixou uma medida suprimindo a dobra vertical, medida que, para *El Siglo*, reacendia a possibilidade de corrupção³²⁶. Além disto, ao se imiscuir em

³²⁴ “El órgano de la calle Compañía trata a poner en duda la capacidad de los electores chilenos para marcar una raya con un lápiz para doblar en seguida un papel para echarlo a la urna” (ES, 05/08/58, p. 3).

³²⁵ Quanto a este problema, *El Siglo* recordava que haveria tempo suficiente para se ensinar a forma correta e que as juntas eleitorais dispunham de muitas cédulas “reservas” para o caso de erros. Nas vésperas do pleito, em várias edições, o jornal publicou, com destaque, diversos “infográficos” procurando ensinar como votar em Salvador Allende e fazer as dobras corretamente.

³²⁶ “La supresión del doblez vertical de la cédula significa... la seguridad de poder seguir ejercitando la practica inmundas del cohecho... En otras palabras reemplazar en voto secreto por el

assuntos que não eram de sua alçada, o Tribunal praticava uma “ilegalidade”. Sob o pretexto da simplificação, um tribunal de composição política estaria cometendo um atentado antidemocrático. Tomada sob o argumento da falta de especificação na lei eleitoral, a medida foi revogada após o bloco de maioria realizar ajustes no texto legal. Para isto, contribuiu ainda o “repudio de la ciudadanía, el propio candidato reaccionario” desautorizara os esforços de seus partidários no seio do Tribunal (ES, 09/08/58, p.3)³²⁷. É interessante notar que, neste ponto, *El Siglo* mais uma vez fez uso do argumento da legalidade constitucional, pois, segundo o jornal, de acordo com as funções especificadas na Constituição, este Tribunal deveria apenas ratificar a lisura do processo, e não interferir na formulação do sistema eleitoral. Além disto, o povo não poderia submeter-se a uma justiça política, tendo em vista que dois dos três membros do *Tribunal Calificador* eram políticos atuantes (ES, 11/08/1958, p.3)³²⁸.

Para complementar o conjunto de medidas legais elaboradas às vésperas do pleito presidencial, deve-se ressaltar ainda a revogação do decreto Yanez-Koch, ocorrida no dia 22 de agosto. Para *El Siglo*, a medida significava uma segunda grande vitória dos trabalhadores, dos setores progressistas, da democracia e da legalidade sindical. “Saludamos esta victoria democrática del pueblo de Chile que restituye derechos y garantías a los sindicatos y trabajadores”. Sob a vigência

voto abierto... Todo lo anterior es mucho más grave si constatamos que el Tribunal Calificador ha invadido un campo que lo está vedado, violando claras disposiciones de la ley” (ES, 06/08/1958, p.3).

³²⁷ Em reportagem de primeira página, *El Diario Ilustrado* assim justificaria a intervenção do candidato: “Alessandri pide a sus electores que hagan el doblez lateral a la cédula. Para evitar la malevolencia” (DI, 08/08/1958, p. 1).

³²⁸ O jornal referia-se ao ex-senador radical e vice-presidente do Senado entre 1955 e 1957 Hernán Figueroa Anguita e ao ex-presidente da Câmara dos Deputados e senador conservador, Juan Antonio Coloma, fiel partidário da candidatura de Jorge Alessandri. As críticas à atuação do *Tribunal Calificador* geraram uma proposta de substituição de sua atuação pela de funcionários administrativos do governo. A atitude foi interpretada por *El Diario Ilustrado* como um atentado “antidemocrático” contra a limpeza eleitoral e à Constituição chilena. O Tribunal fora criado pelo legislador justamente para impedir o controle do governo sobre a geração de poderes públicos. A entrega da fiscalização dos processos eleitorais a um órgão independente garantia sua lisura democrática. Contudo, o que mais intrigava a editoria do jornal era o fato da iniciativa ter origem na Democracia Cristã, um partido que “en su título se dice también demócrata”. “No habría parecido extraño que este atentado contra la majestad de la Constitución y contra los principios cardinales de la democracia pudiera haber sido auspiciado por los mismos elementos del Partido Socialista Popular... Y no habría llamado tampoco la atención se lo hubiesen auspiciado los comunistas, para quienes la quiebra de la democracia y sus instituciones fundamentales constituye su finalidad específica... Afortunadamente, un partido que ha luchado en la oposición e ha compartido tareas de Gobierno, desde hace cerca de un siglo, dentro del marco de la Constitución y de la Ley, por medio de sus autorizados personeros, puso su veto e impidió que se llevara a término tan insensata iniciativa, que violaba la Constitución y nos hacia retroceder en el camino del perfeccionamiento de nuestras instituciones fundamentales” (DI, 18/08/1958, p. 3).

do decreto, que pretendia debilitar a luta dos trabalhadores por conquistas econômicas e sociais, as eleições para os cargos diretivos nos sindicatos eram definidos pela polícia de investigações, e não pelos assalariados. Em um claro atentado à liberdade e à democracia sindical, “directivas completas... fueron eliminadas sucesivamente... Sin embargo no se cumplieron los designios de represión... porque la lucha de los trabajadores ni su combatividad jamás fueron aplastadas” (ES, 23//08/1958, p.3). Esta democracia sindical, para *El Mercurio*, era sinônima de controle comunista, pois suas táticas revolucionárias impediam a ação de trabalhadores independentes. O terrorismo exercitado através da delação, da estigmatização e até mesmo de atos criminais contra aqueles que se opunham à orientação comunista sufocava a liberdade de opinião e os direitos do indivíduo para eleger livremente seus dirigentes. A circular Yanez-Koch, ao contrário do que alegavam os comunistas, significava a liberação da massa trabalhadora das pressões impostas pelos comunistas a quem não era filiado ao partido, ou proferiam ideias contrárias aos seus desígnios. Para comprovar a necessidade da circular, bastava recordar o que fora a atuação comunista nos sindicatos antes de sua aprovação³²⁹.

Conforme apontavam os editoriais de *El Diario Ilustrado*, a revogação da circular Yanez-Koch e o fim da *Ley de Defensa Permanente de la Democracia* abriam as portas para a agitação social³³⁰. A notícia do início de uma “greve ilegal” na região mineradora de “El Teniente” levou o jornal a afirmar que aquela seria a primeira de muitas. A ação do comunismo livre, então, seguiria de forma incessante até que uma crise geral abrisse espaço para a conquista do poder através da revolta. A greve era um sinal da tática que seria empregada pelo Partido Comunista, que começava a recuperar posições chave nas direções gremiais. Tudo isto diante da complacência de elementos católicos que estavam sendo “varridos”

³²⁹ “La aplicación de las inhabilidades sindicales al comunismo permitió a los sindicatos constituirse con autentico sentido democrático, puesto que, por primera vez, la mayoría hizo pesar su influjo en la formación de las directivas... Ahora, eliminadas las trabas a los comunistas para actuar en los sindicatos, volverán con renovado ardor a apoderarse de las directivas” (EM, 25/08/1958, p.3).

³³⁰ “Hoy asistía la más absoluta certeza, y así lo expresamos de forma reiterado, de que la derogación de la Ley de Defensa de la Democracia sería seguida inmediatamente de un clima de agitación social, de paralización de faenas, de huelgas injustificadas, tras de la cual estaría la huella inconfundible del comunismo internacional atizando el descontento y provocando el malestar. La confirmación de nuestras apreciaciones no constituye una novedad... No es posible una convivencia democrática con un grupo que solo persigue alterar la normalidad de los pueblos y destruir sus instituciones fundamentales” (DI, 24/08/1958, p.3).

nas eleições sindicais, mas que “siguen muy felices con su política de la mano tendida, y continúan manifestando que en su elevado concepto filosófico, es peor el anticomunismo que el comunismo mismo” (DI, 29/08/1958, p.3).

Todas estas medidas contribuirían para despertar ainda mais interesse para uma campanha eleitoral que prometia ser bastante disputada. Na imprensa, o pleito foi assunto permanente ao longo de todo o mês de agosto, sendo ofuscado apenas durante um breve período de tensão internacional, provocado por uma “agressão argentina” a uma pequena ilha sob o controle chileno no canal do Beagle, ao sul da Patagônia. Enquanto *El Siglo* e *El Diario Ilustrado* assumiram-se publicamente em favor das candidaturas de Salvador Allende e de Jorge Alessandri, *El Mercurio* manteve uma posição de neutralidade partidária. Entretanto, se colocou ao lado das candidaturas que “defendiam o regime democrático” contra aquela que propunha uma mudança revolucionária que conduziria o Chile a uma ditadura³³¹. Sua defesa incontestada da propriedade privada, do livre comércio e sua posição crítica a qualquer forma de intervenção estatal na economia parecia revelar um velado apoio a Jorge Alessandri, tal como insistentemente acusou *El Siglo*. A manutenção de um discurso que opunha democratas a comunistas visou aproximar as candidaturas de Jorge Alessandri, Eduardo Frei e Luis Bossay para a construção de um futuro governo de unidade³³², que seria fundamental para a recuperação econômica e o combate à inflação³³³.

³³¹ “Más allá de las rencillas y recriminaciones que se desbordan en la prensa y en la radio, existe una profunda preocupación cívica, por lo que en si representa la elección del 4 de septiembre... la conciencia de que en las urnas se definirán cuestiones transcendentales para el país: si el continua dentro del régimen democrático republicano a adopta el camino del marxismo; se logra entregar el mando a un gobernante capaz de hacerlo franquear esta difícil transición y llevarlo a mejores días, dentro de las instituciones existentes, o lo entrega a la vorágine de las improvisaciones y ensayos que han hecho descender a otras naciones del continente” (EM, 26/08/1958, p.3)

³³² “Las oposiciones internas del campo democrático han puesto en peligro el triunfo de la propia idea que es común a todas las candidaturas que comparten de dicho campo... ninguna candidatura... se ha situado en una posición regresiva o reaccionaria; al contrario, todas ellas... han demostrado un sincero afán de oponerse a privilegios, de aplicar la justicia distributiva y de elevar la condición de vida de los más modestos... Esta comunidad de propósitos, que la ciudadanía ha advertido, hace posible que en la futura administración puedan reintegrarse los sectores democráticos en lucha, a fin de realizar una política que lleva al país hacia etapas de mayor satisfacción e adelanto” (EM, 04/09/1958, p.3)

³³³ Frente à proximidade da formação de um novo governo, o jornal argumentava que Executivo e Congresso, deveriam se esforçar para manter “o poco que se ha conseguido en favor de la estabilización monetaria” (EM, 09/08/1958, p.3). Em uma aberta defesa das indicações da “Missão Klein-Saks” pedia para que se evitassem emissões de moeda de última hora e reajustes salariais desmedidos e com fins políticos, que, a despeito de dar “ilusiones de popularidad con fines de explotación electoral”, prejudicariam o país. Os reajustes puros e simples, obrigatoriamente

Com relação aos discursos de campanha, *El Mercurio* foi o único dos jornais pesquisados que abriu espaço para informes dos quatro candidatos principais, ainda que com desigual destaque. Nos editoriais de *El Siglo* e *El Diario Ilustrado*, a discussão com frequência apareceu polarizada entre os projetos das candidaturas de Jorge Alessandri e Salvador Allende. Além de tentar induzir o eleitorado de que só havia duas reais opções de escolha, esta estratégia evitava ataques mais duros às outras candidaturas, cujo apoio poderia ser importante em acordos de governabilidade futuros. É interessante notar que os dois jornais sustentavam a possibilidade de uma aliança de seus candidatos com as “candidaturas de centro” a partir do argumento da democracia. *El Diario Ilustrado* a propunha através da insistente oposição entre os partidos “democráticos”, defensores dos valores ocidentais, e os partidários do totalitarismo soviético. *El Siglo*, por sua vez, argumentava que a aliança poderia acontecer com a continuação do bloco de saneamento democrático, articulado em torno de demandas por maior participação popular. Neste sentido, a adoção de uma orientação reformista, e impensada em um primeiro momento, não foi totalmente eliminada do campo de possibilidades.

De acordo com *El Siglo*, enquanto Alessandri era o candidato da “reação”, Allende era o candidato do povo, da massa. No entanto, segundo ele mesmo afirmava, o que impulsionava sua campanha não era o “allendismo”. O verdadeiro coração e motor da vitória popular seria o *Programa da la Convención del Pueblo*, cuja substância descansava em três pivôs fundamentais: “Más democracia – Más bienestar – Más independência nacional” (ES, 22/08/1958, p.3). O povo saía às ruas e marchava em favor do “Doutor Allende”, justamente porque o senador personificava este programa. Ao longo do mês de agosto, diversos titulares procuravam mostrar que o apoio de Allende se fundava em amplos

forçariam a inflação e, por conseguinte, diminuiriam ainda mais o poder aquisitivo dos chilenos (EM, 23/08/1958, p.3). Isto também deveria ser entendido pelos trabalhadores, como no caso dos empregados de serviços semifiscais que ameaçavam iniciar uma greve “ilegal” caso não fossem contemplados com um aumento. “Los empleados semifiscales deben considerar que paralelamente a sus necesidades están las de otras ramas de la administración nacional que tan poco han conseguido mejoramientos de rentas... Deben pensar los que piden y exigen, recurriendo a la huelga, que su acción tiende a crear mayores perturbaciones... Es hora de que se comprenda el deber contraído con la colectividad, pensando en que... todos dependen de lo que hagan por mejorar la situación del país.” (EM, 21/08/1958, p.3)

setores da sociedade e não em grupos “manipulados por agitadores”, como afirmavam seus opositores³³⁴.

En un grito de ¡basta! Que abarca de Norte a Sur, abrió una nueva era de lucha por nuestra segunda independencia nacional... el pueblo ha roto sus cadenas y ante él empiezan a cristalizarse las realizaciones magníficas de que es capaz. Con mayor razón que nunca puede volver a repetirse: ahora le toca al pueblo, y al pueblo está forjando su propio destino... campesinos que hablaran de una tierra que produce y que no es de ellos y que a la cual se abrazan con la promesa de una reforma agraria. Mineros que sacan del fondo del pique una riqueza que huye el extranjero... obreros que ven desvanecerse el porvenir de sus hogares... intelectuales que vivan la realidad del pueblo. Profesionales y técnicos que escriben sobre el átomo la palabra PAZ. Ahí estaban todos... levantando en alto el programa de la Convención Presidencial del Pueblo, en cuya concreción final está en relieve al nombre de Salvador Allende” (01/09/1958, p.3)

Quando as “massas” se perfilavam com Allende, afirmavam a necessidade fundamental de um governo “popular”, baseado no programa do povo: “independencia nacional, democracia, bienestar social, desarrollo económico e reforma agraria” (ES, 24/08/1958, p.3).

Os desejos de democracia significavam uma efetiva participação do povo no poder e uma crescente ampliação de seus direitos políticos. Uma democracia “verdadeira” possibilitaria que todos desfrutassem as riquezas do país de igual maneira. Segundo o discurso de Allende, o desejado bem-estar social seria alcançado através de um modelo de desenvolvimento econômico que contemplava a reforma agrária e uma melhor distribuição da renda nacional em favor das classes populares. Não se tratava apenas de distribuí-la, mas de aumentá-la com medidas que incrementassem os bens e serviços disponíveis, a fim de se ampliar o nível de vida. Para isto devia-se obrigar as companhias estrangeiras a deixar no Chile uma cota maior de suas exportações, cultivar as terras improdutivas e pautar o desenvolvimento em recursos próprios, na base do que se produzia no Chile (ES, 03/09/1958, p.3)³³⁵. Ao contrário do que sustentava a imprensa

³³⁴ “Mañana: Trabajadores proclaman a Allende en el Caupolicán” (ES, 02/08/1958, p. 1); “Intelectuales proclaman Allende” (ES, 07/08/1958, p. 1); “Hoy: maestros llaman a votar por Allende” (ES, 09/08/1958, p. 1); “Con mitin y carnaval hacen proclamaciones los jóvenes” (ES, 09/08/1958, p. 1); “Pueblo Mapuche con S. Allende” (ES, 19/08/1958, p. 1).

³³⁵ Estes objetivos “no si logran ni si lograrán con medidas como las que propician el imperialismo y la reacción con su candidato Jorge Alessandri, sino con un programa, con un movimiento popular y con un hombre como Salvador Allende, cuya médula programática e la línea antiimperialista y antifeudal” (ES, 28/08/1958, p.3). Sobre este ponto, *El Mercurio* contra-argumentava que era uma ilusão acreditar que a eliminação da rendas dos setores capitalistas contribuiria para o desenvolvimento. A eficácia da mudança de regime econômico era uma falácia.

“alessandrista”, o desenvolvimento econômico tinha cores políticas e “el color que tomará este desarrollo económico bajo el Gobierno de Allende es el que le imprimirá el pueblo” (ES, 03/09/1958, p.3). Somente com o controle das riquezas chilenas e com o bloqueio da ação imperialista e oligárquica sobre os setores estratégicos da economia é que se atingiria a segunda independência nacional³³⁶. Em seu discurso final de campanha, Salvador Allende afirmou que, se eleito, não se afastaria nem uma linha deste programa de governo, concebido nas “entrañas mismas del pueblo” e de sua fé em sua própria força enquanto elemento de transformação revolucionária³³⁷.

Esta tentativa de se constituir em “representante” dos anseios e desejos das camadas populares também foi postulada pela candidatura de Eduardo Frei, tal como propunha o programa de fundação e a doutrina de seu partido. Em seu discurso final de campanha, Eduardo Frei, “el abanderado nacional y popular”, mencionou que seu “movimiento” nascera de “la entraña de la patria” e do fervor popular. “Amigos míos: llevamos cerca de dos años en esta lucha. Sólo al final de ella el país sabe que nos hemos sostenido con el fervor del pueblo, con las cuotas del pueblo, con el aporte de la inmensa masa de los chilenos que forman eso

Aqueles que apostavam que se poderia resolver os problemas nacionais sem recorrer a recursos estrangeiros seriam desmentidos pelos fatos. “El desarrollo económico está sujeto a las leyes inexorables de producir más y capitalizar en mayor proporción, supliendo la insuficiencia con prestimos a largo plazo... Los que sostienen que el ejemplo de Rusia y las democracias populares enseñan otra cosa, ocultan las enormes dificultades que existen en la región soviética y, además, callan que el desarrollo económico allí se consigue mediante la atrofia de la personalidad humana” (EM,05/08/1958, p. 3).

³³⁶ Em homenagem ao aniversário de Bernardo O’Higgins, herói da independência nacional, *El Siglo* publicou um editorial de primeira página em que fez uma comparação dos problemas enfrentados pelo libertador, com o momento vivido no Chile: “Ayer, galeones españoles cargados con oro chileno, corsarios y bucaneros ingleses y franceses, asaltando barcos y apropiándose del oro de Indias. Hoy, cobre, salitre y hierro chilenos navegando en dólares yanquis y filibusteros de Wall Street y Londres, comerciando e rellenando bolsas con sangre chileno... Ayer la insurgencia, la dura superación de O’Higgins y los Carrera, y el galope campesino de Manuel Rodríguez. Hoy, la nueva aurora de Recabarren, el Frente Popular, la unidad y **un pueblo en marcha**... Ayer, una casta de encomenderos que despreció a O’Higgins por insurgente y huacho. Hoy, los hijos de los hijos de encomenderos, despreciando a Allende por insurgente y por “comunista”” (ES, 20/08/1958, p. 1)

³³⁷ “Si el precio del poder es la entrega de la parte más minúscula de nuestro programa o la más mínima transacción, prefiero no ocupar la Presidencia de la República. O llego al poder, limpia, honestamente, sin transacciones, o me tendrán junto a ustedes en las barricadas de lucha para defender nuestra victoria... cada verdad impuesta y cada mentira vencida, son el resultado de esta gran cruzada que ha surgido incontenible de las entrañas mismas del pueblo... El Pueblo ha recuperado la fe en su propia fuerza, en su incontenible sentido renovador, en su profundo impulso revolucionario. No ha sido la fe mesiánica en un hombre ni el mito de un poder extraterreno... Estamos aquí respaldando con nuestra combatividad el programa de la candidatura que se resume en: más democracia, más bienestar social, más desarrollo económico, más independencia nacional.” Propaganda Oficial da Candidatura Salvador Allende. In: *El Mercurio*, 01/09/58, p.25.

grande y poderoso que es el pueblo”³³⁸. Contudo, procurou marcar sua diferença com relação às “alternativas extremistas”, que seriam um perigo para o futuro do Chile. Entender o povo chileno também era entender a tradição da pátria e os princípios católicos. Sua fé na democracia chilena significava “liberdade de expressão”. Mais que um programa de governo, a Democracia Cristã propunha um movimento de integração nacional, a partir da noção de justiça social, adequado às características particulares do país. “Por eso creemos que este movimiento que encarnamos significa la solución más adecuada a la tradición del país”³³⁹.

El Diario Ilustrado, por sua vez, lançou-se em favor da candidatura de Alessandri. Seus editoriais traçavam um panorama desolador da economia do país. Os serviços vitais estavam desarticulados e ineficazes; a produção agropecuária sofria com a alta e variada tributação e a indústria via sua capacidade de investimento cada vez reduzida pela falta de captação e pela carga avassaladora de impostos. A tudo isto se somavam os escândalos de corrupção e a desintegração moral, que permeavam todas as esferas de governo. Diante deste cenário, era imprescindível que o povo chileno conduzisse ao governo um verdadeiro estadista (DI, 06/08/1958, p. 3). Jorge Alessandri não governaria na base de acordos políticos. Sua administração primária pela técnica, apoiada nas figuras mais capazes para cada função³⁴⁰.

Esta vez, como el año de 1952, un hombre ha polarizado la voluntad de la mayoría de los electores, sin distinción de clases y un poco al margen de sus propias convicciones políticas. Se reconoce en el señor Alessandri el espíritu independiente y el cerebro capaz de enfrentar con éxito nuestros problemas... Lo que el país quiso en 1952 y no lo encontró, sabe que va a obtenerlo con Alessandri (DI, 31/08/1958, p.3).

³³⁸ Discurso final de Eduardo Frei. Apud. De la secretaria de Don Eduardo Frei. In: *El Mercurio*, 02/09/1958, p.13.

³³⁹ Eduardo Frei. Apud. De la secretaria de Don Eduardo Frei. In: *El Mercurio*, 03/09/1958, p.21.

³⁴⁰ Esta ideia, defendida desde o lançamento da candidatura, se manteria durante toda a campanha, ocupando lugar de destaque em diversos titulares de *El Diario Ilustrado*. “Suena la hora en que los Poderes Públicos van a servir al país, no a los amigos del Gobierno, dijo Alessandri: ACEPTARÉ SOLO LA COOPERACIÓN DE LOS CAPACES” (DI, 01/08/1958, p. 1). A propaganda oficial de Alessandri, o “candidato nacional independente”, também reforçou constantemente sua posição de independência frente aos partidos. “Hace poco menos de un año, un hombre solo, completamente solo, sin sequitos ni caravanas, comenzó a visitar grandes centros obreros e industriales”. Propaganda de página inteira de Alessandri. In: *El Mercurio*, 01/09/1958, p. 21. ““Nuestros compatriotas, con decisión invencible aspiran a que un hombre libre de compromisos gobierne para todos los chilenos”, dijo el señor Alessandri en Talca”. De la secretaria del señor Jorge Alessandri. In: *El Mercurio*, 03/09/1958, p. 19.

Isto sería possível porque sua candidatura estava respaldada por agremiações políticas de tradição nacional, “solidamente enraizados en la opinión”. A democracia somente poderia funcionar perfeitamente sobre a base destes partidos (DI, 06/08/1958, p. 3). O “candidato nacional”, ao contrário do que falsamente propagandeavam seus opositores, se apoiava no povo “y en él están encerrados todos los sectores sociales”. Com esta figura de conduta invulnerável, a moral seria restabelecida. “El hombre de trabajo, todo obrero y empleado, encontrará siempre en el espíritu de justicia de este hombre el amparo que le han negado los errores, la demagogia, las ambiciones y los negros intereses de los que ha trabajado en el vergonzoso negocio de la politiquería” (DI, 25/08/1958, p.3)³⁴¹. Para atrair o voto do trabalhador chileno, seu discurso procurava mostrar que a luta contra o capital não fazia sentido e que o povo deveria se esforçar para adquiri-lo. Para isto, necessitava de “un gobierno independiente, sin compromisos políticos, que te organice el país sobre bases estables”³⁴².

De fato, a propaganda oficial de Alessandri destacou sua proximidade com a “opinião nacional”. Assim, incorporava todos os setores da sociedade chilena, não se reduzindo a representar estratos sociais específicos. Desta forma, procurava-se identificar Alessandri com a “Nação como um todo”, com seus diversos núcleos de opinião, superando uma “restrita” relação com os setores “populares”, ou o “povo” enquanto classe explorada da sociedade. No dia 1º de setembro, às vésperas do pleito, sua secretaria publicou uma propaganda de página inteira em *El Mercurio*: “Alessandri – Creador de progreso y bienestar – La personalidad del candidato definida por representantes de toda la opinión nacional”. Com Alessandri ao centro, a propaganda trazia pequenos boxes com opiniões de variados setores nacionais sobre o candidato, reforçando seu caráter

³⁴¹ Para rebater os ataques da esquerda de que a candidatura de Alessandri se afastava dos desejos do trabalhador, diversos titulares de *El Diario Ilustrado* procuravam reforçar o apoio dado por setores populares e sindicatos ao candidato “nacional”. “Enorme arrastre popular demuestran todas las concentraciones del candidato nacional a la presidencia (DI, 01/08/1958, pp); “Alessandri sacara al país de la miseria: opinión unánime”(DI, 02/08/1958, pp); “Los bancarios con Jorge Alessandri: Arrastre nacional (DI, 26/08/1958, pp); “Los ferroviarios con Alessandri (DI, 27/08/1958, pp); “Proclamación popular con Alessandri: ayer, en el Balmaceda (DI, 08/08/1958, pp); “Valparaíso ungió a Alessandri como presidente de la república (DI, 22/08/1958, pp).

³⁴² “Ya sabes que no son tus amigos aquellos que te lanzan a la lucha contra el capital, porque también sin capital tampoco haces tú nada. Capital necesitas para comprarte un taxi que te dé trabajo. Capital necesitas para adquirir un almacén, un negocio, instrumentos de labranza. Porque no se hace dinero sin dinero. Y lo que tú precisas para levantarte no es atacar al capital, sino con la posibilidad de formártelo”. Julia Cousiño Mac-iver. Mensaje al Trabajador. In: (DI, 09/08/58, p.4)

nacional e de unidade em prol do progresso econômico do país³⁴³. Esta imagem foi rebatida, por diversas vezes, pela campanha de Frei. Segundo a Democracia Cristã, os chilenos deveriam reavivar suas memórias, pois nas quatro disputas eleitorais anteriores, a Direita, com todo o peso de sua máquina eleitoral, fizera as mesmas promessas sem obter qualquer resultado. Daquela vez, muitos de seus aderentes decidiram votar em Frei por compreender que não se atingia a estabilidade sem progresso social e sem preocupação com o ser humano³⁴⁴.

Outro ponto central na campanha de Jorge Alessandri era sua “vontade férrea”. Sua firmeza de caráter representava a esperança dos chilenos na “restauración moral” do governo e do país. De acordo com *El Diario Ilustrado*, conscientes da retidão do candidato “nacional Independiente”, seus opositores orientavam suas campanhas para tentar destruir esta imagem de todas as formas, com desmesurados ataques pessoais³⁴⁵. “Fracasado el recurso del ataque cobarde”, passaram a usar a arma fascista da mentira: Alessandri acabaria com o funcionalismo público e com os direitos sociais³⁴⁶.

Para *El Diario Ilustrado*, o desespero frente à eminente derrota gerou até mesmo atos de violência, como no “absurdo ataque” sofrido pelo “candidato independiente” durante um evento de campanha na cidade de Osorno, quando foi atacado com ácido sulfúrico por um grupo de jovens supostamente ligados à

³⁴³ Entre os depoentes: “Ingenieros; Médicos; Escritores y Artistas; Empleados y Jubilados; Minoristas; Autobuseros; Juventud; Trabajadores del Salitre; Mutualistas; Trabajadores del Cobre; Bancarios; Industriales y Comerciantes; Empleados de la Papelera; Locomoción de Provincias; Inspectores del trabajo; Madereros; Locomoción; Profesionales Unidos y Ferroviarios. In: *El Mercurio*, 01/09/58, p. 21.

³⁴⁴ “La misma máquina electoral. La misma fabulosa propaganda. Las mismas promesas. El mismo optimismo. Las mismas apuestas. Las mismas adhesiones y... EL MISMO RESULTADO. HAGA MEMORIA. En las 4 derrotas anteriores, **la derecha iba férreamente unida**. En cambio, en esta elección, gran porcentaje de industriales, comerciantes, agricultores, profesionales y empleados, **que siempre votaran por la Derecha**, ahora han comprendido que sin progreso social, no puede haber estabilidad, y por eso... VOTARON POR FREI. Miles y miles de mujeres, madres de familia, **que siempre votaran por la Derecha**, ahora votaron por un hombre que conoce las necesidades del hogar y la familia. Las mujeres de Chile, con una clara visión del futuro de sus hijos VOTARAN POR FREI”. Propaganda oficial da candidatura Eduardo Frei. In: *El Mercurio*, 01/09/1958, p. 22, grifo do anúncio.

³⁴⁵ “Aparte del Partido Radical que ha guardado mesura y serenidad en la conducción de su campaña presidencial, los otros no han tenido otro norte y otro mira que entorpecer los trabajos electorales del señor Alessandri” (DI, 07/08/1958, p.3).

³⁴⁶ “Pero ahora Alessandri ha dicho y asegurado con el respaldo de su palabra respetable que si llega a la presidencia de la República “ningún empleado correcto, partidario o enemigo de mi candidatura, tendrá nada que temer” (DI, 16/08/1958, p.3). Quanto à “absurda acusação” de que Alessandri atuaria contra os direitos sociais, parecia que seus detratores “desconheciam” que seu pai fora o autor de todas as leis sociais que favoreciam ao trabalhador chileno. Além disto, em suas empresas, Alessandri dava benefícios a seus funcionários que iam muito acima da legislação vigente (DI, 19/08/1958, p.3).

Democracia Cristã³⁴⁷. Classificado como um atentado à tradição cívica e às práticas democráticas chilenas (DI, 19/08/1958, p. 1)³⁴⁸, o episódio foi utilizado para reforçar a ideia de que os opositores de Alessandri pretendiam impor sua vitória a força, e não pelo convencimento. O atentado se deu em um momento em que a campanha estava tensa. As cúpulas de campanha de Allende e Frei haviam convocado seus partidários a “conquistar la calle” para garantir a eleição e evitar as fraudes eleitorais. Contudo, *El Diario Ilustrado* e *El Mercurio* afirmavam que a medida, ao invés de significar um aumento da campanha de convencimento, gerara uma onda de violência, com a formação de grupos de choque para provocar e agredir adversários políticos³⁴⁹. Agravado pela ação agitadora comunista e pela “absurda” convocação de um partido que se afirmava como democrático, este clima de violência era inaceitável em um regime democrático, pois se propunha a coagir o eleitor e impedir a livre manifestação de sua vontade³⁵⁰. Neste sentido, era fundamental que o governo tomasse medidas para garantir a ordem pública.

³⁴⁷ Anos depois, ao comentar o episódio, Alessandri afirmou que “se están enrolando en el Partido Demócrata Cristiano, todos los jóvenes de tendencia nacista que antes engrosaban las filas de González Von Marées, los métodos propios de esta tendencia yo los experimenté en mi campaña de norte al sur”. Jorge Alessandri Rodríguez. Carta a don Fernando Aldunate, 2 de junio de 1961. In: Sergio Carrasco Delgado. Cartas del presidente Jorge Alessandri con los embajadores de la Santa Sede (1959-1964). Santiago: Pehuén editores, 1994, p. 49.

³⁴⁸ O evento também contribuiu para que *El Diario Ilustrado* ampliasse suas críticas aos democrata-cristãos. Para o jornal, uma porção reduzida de nazistas havia conseguido arrastar a maioria do partido para atos que a opinião pública observava com estupor (DI, 22/08/1958, p.3). Seu descontrole levava inclusive a ataques pessoais contra o cardeal de Santiago. Estas acusações foram rebatidas pelo comando da campanha de Frei. O próprio candidato, por diversas vezes, afirmou que “el país es testigo que nuestras tribunas nunca han servido para dar paso a la amargura, a la injuria o a la hueca palabrería”. De la secretaría de don Eduardo Frei. In: *El Mercurio*, 03/09/1958, p. 21. O mesmo ocorreu com relação aos ataques pessoais ao Cardeal Jose Maria Caro. Em anúncio de campanha, publicado às vésperas do pleito, lia-se com destaque: “Ahora que se ha sabido que los ataques contra el Cardenal Caro fueron consecuencia de la acusación que el Partido Conservador envió a Roma en contra de Su Eminencia, preguntamos... ¿CUÁNTOS CATOLICOS VAN A VOTAR POR EL CANDIDATO DE LA DERECHA?”. In: *El Mercurio*, 01/09/1958, p. 22, grifo do anúncio.

³⁴⁹ “Nadie que tome pulse a opinión pública puede creer que la actuación de mazorcas callejeras significa la conquista de votos. Solo es medio de crear atmosfera de peligro, para influir en el ánimo de los electores contrarios. En buenas cuentas es un método terrorista completamente ajeno al juego democrático.” (EM, 26/08/1958, p.3). Diante das recentes reformas eleitorais, as justificativas de combate as fraudes também foram consideradas absurdas pelo jornal. “Es extraño que en estas circunstancias haya candidaturas presidenciales que aún aparecen desasosegadas y que buscan formas de alterar la normalidad de las elecciones... La deducción que surge es que esas candidaturas están inciertas sobre los resultados que obtendrán el 4 de septiembre o convencidas de su posible defección. Entonces, persisten en mantener un ambiente de sospecha en torno del proceso electoral, que justifique desmanes como los que ya se han presenciado o que podrían verificarse el mismo 4 de septiembre.” (EM, 28/08/1958, p.3).

³⁵⁰ “Comprendemos que sea posible que las huestes del comunismo se entreguen a una acción directa, que forma parte de sus métodos habituales, pero nos parece inaceptable que políticos que han mostrado adhesión permanente a la democracia expresen en un mitin que el pueblo debe salir a la calle, porque le pertenece, que debe estremecer los recintos públicos para alcanzar un triunfo

Es al Ejecutivo a quien compete integralmente esa misión de resguardar, en toda su mayor amplitud los principios cardinales de la democracia republicana según los cuales todos los ciudadanos deben tener respaldo suficiente para expresar con entera libertad sus opiniones, ajenos a toda presión gubernativa y a cualquier tipo de atemorización fraguado por grupos audaces y de minoritarios deseosos de imponerse por la intimidación y la violencia (DI, 24/08/1958, p.3)³⁵¹.

Em meio às manifestações finais de campanha, marcadas por grandes concentrações e marchas populares, ambos os jornais reforçaram um discurso há muito presente na direita chilena e que associava a ideia de democracia à noção de ordem. As excessivas manifestações eram contraproducentes e abriam espaço para perigosos desvios antidemocráticos (DI, 27/08/1958, p.3). Tendo como alvo principal a candidatura de Salvador Allende, foi criticado o uso das massas como instrumento de pressão. Esta seria uma estratégia ditatorial, comum a regimes totalitários para sufocar opiniões contrárias e impedir o normal funcionamento da democracia³⁵². O cidadão chileno não necessitava da desordem para demonstrar

incontenible. Tales ordenes constituyen una incitación censurable, que deja caer las responsabilidades de los sucesos que pueden ocurrir sobre quienes tienen la directiva de la campaña. Ningún demócrata sincero puede llamar triunfo a lo que parece ser abrogación de las libertades ciudadanas por el ataque armado... desgraciadamente en el seno de nuestra convivencia democrática ha vuelto a adquirir expansión el totalitarismo comunista y por eso estamos viviendo días semejantes a los que alcanzamos a ver en las primeras etapas del Frente Popular.” (EM, 20/08/1958, p.3). “Ciertas directivas políticas que hasta ayer estaban silenciadas por la ley están invitando a la gente a “celebrar la victoria”. Nosotros sabemos, porque los conocemos mucho, lo que esta invitación significa de parte de quienes no tienen ningún respeto por los principios democráticos y por nuestras prácticas republicanas... Tomarse la calle, como lo ha dicho un candidato o esta invitación a celebrar una victoria inexistente, es signo de que en esos círculos puede más la tendencia fascista que los domina, aunque ellos se llaman con otro nombre, que la limpieza de acatar la voluntad de las urnas que es característico de las democracias y de los pueblos civilizados.” (DI, 31/08/1958, p.3).

³⁵¹ *El Siglo* procurou rebater as acusações da “prensa alessandrista, “El Mercurio” y “El Diario Ilustrado”, que con su maestría para desfigurar los hechos” tentavam criar conflitos fictícios e a violência dos últimos dias de campanha com a derrogação das leis anticomunistas. “El Partido Comunista en la legalidad – gritan los editorialistas de la derecha – tiene el camino franco para desatar la violencia en el campo político... Nosotros sabemos que... con legalidad o sin ella, las luchas reivindicativas continuaran manifestándose en el cuadro de la lucha de clases”. Contudo, “el pueblo, el verdadero pueblo” sabia que isto em nada se relacionava com a criação de um ambiente propício a aventuras antidemocráticas. Este povo era testemunha de que a violência estava sendo provocada por atitudes terroristas de provocadores alessandristas que “organizan bandas de capos y matones para sembrar el terror en barrios y comunas y persisten en las practicas viles del cohecho”. Esta denúncia não significava resignação, pois “nadie mejor que las masas conocen su potencia y la fuerza de su organización” (ES, 26/08/1958, p.3). Quanto à conquista da rua pelo povo, seu objetivo jamais fora praticar qualquer violência, mas sim estabelecer uma patriótica vigília cidadã para denunciar e exigir que força pública cumpra as disposições legais frente a qualquer tentativa de fraude (ES, 02/09/1958, p.3).

³⁵² Diante destas acusações, Salvador Allende, por vezes, ressaltou seu respeito às decisões democráticas e à liberdade. Em seu discurso final de campanha destacou: “Nosotros mejor que nadie expresamos el respeto a la libertad, la justicia y el derecho. Pero no aceptamos la consagración estática de disposiciones añejas, algunas de ellas tal vez justas en otra época, pero que han devenido en caducos factores de regresión, capaces de castrar las posibilidades de

sua vontade. Os verdadeiros “dueños de la calle” deveriam ser a lei e as autoridades encarregadas de aplicá-la, e não a massa incitada (DI, 02/09/1958, p.3). Só o poder constituído poderia garantir que os direitos de todos seriam respeitados.

Fora justamente em nome da ordem e de uma imagem de sobriedade técnica contrária aos recursos demagógicos e ao apelo à “poliquería” rasteira que Jorge Alessandri evitara as grandes concentrações ao longo de sua campanha. Os encontros de massa não seriam necessários, pois sua “candidatura estava por encima de manifestaciones partidistas prefabricadas” (DI, 23/08/1958, p.3). Para *El Siglo*, a razão era outra: a distância entre o candidato dos “monopólios” e o povo.

El personero de los monopolios y del imperialismo, Jorge Alessandri se ha mostrado contrario a la realización de marchas... en esos actos predomina el pueblo, la masa, el hombre y la mujer explotados. En la calle se oye la voz del pueblo, se siente, como si fuera un huracán, la fuerza que puede y debe cambiar desde sus cementos la estructura arcaica de un régimen que arrastra el lastre feudal... Alessandri y la base que lo sustenta... es la reunión de salón, quieta, ahíta de riqueza, satisfecha de la infelicidad del pueblo. Para ellos el grito de la calle, le suena a rebelión y prefieren el tintineo de los pesos. (ES, 22/08/1958, p.3)

Com Salvador Allende a situação foi distinta. Os comícios e marchas, entendidos como um momento de encontro do povo com seus desejos e demandas, deram o tom de sua campanha, sendo sempre anunciadas com grande destaque por *El Siglo*³⁵³. Seu gigantesco comício de encerramento foi interpretado pelo jornal como uma antecipação da vitória do povo³⁵⁴. De acordo com o

desarrollo del país... Que no se venga a acusarnos de alimentar el atentado antidemocrático, el golpe puschista o el aventurerismo irresponsable.” Propaganda Oficial da candidatura Salvador Allende. In: *El Mercurio*, 01/09/1958, p. 25.

³⁵³ “Triunfal será a recepción a Allende mañana” (ES, 21/08/1958, p. 1); “¡Del Trabajo a la estación! A recibir a Allende” (ES, 22/08/1958, p.1); “En brazos del pueblo volvió Allende: Gigantesco fue el recibimiento”(ES, 23/08/1958, p.1); “Todo Chile marcha con Allende el Domingo” (ES, 29/08/1958, p.1); “Allende mañana marcha triunfal (ES, 30/08/1958, p.1). Em alguns destes encontros, como na recepção de Allende, após um giro pelo país, ocorreram conflitos. Para *El Siglo*, o que de fato acontecia eram atos terroristas, provocados por agitadores fascistas a serviço da candidatura reacionária que se cercava de “toda esta mafia de facinerosos que comanda Carlos Estíbil y cuyas correrías delictuosas conoce sobradamente la opinión pública de todo el país.” (ES, 24/08/1958, p.3). Conhecido por seus atos de violência, Carlos Estíbil Mahuida fora condenado, e depois anistiado, por sua participação na invasão e destruição do Editorial Horizonte em abril de 1957, quando era subcomissário de investigações da polícia. Na ocasião, as investigações encontraram máquinas que pertenciam à empresa invadida em sua residência. Sergio Villegas, op. cit.

³⁵⁴ “Chile ya marco el 4: ¡Allende! ¡A vaciar la victoria en las urnas! Con esta gigantesca concentración de masas, la más grande que haya presenciado jamás la capital, el pueblo de

comando da campanha de Allende, “el pueblo de Santiago proclamó al Dr. Salvador Allende como el futuro presidente de los chilenos... desfiló a luz del día y a cara descubierta para que nadie se engañara sobre la potencialidad del pueblo y su siempre viva y resurgente fuerza”³⁵⁵. De fato, todas as candidaturas apresentaram seus comícios finais como um encontro triunfal com o povo. Para o comando de Bossay, o dia da votação apenas comprovaria uma eleição definida pelo povo no encontro final do candidato radical. A candidatura Frei publicou que uma multidão estremeceu a “Alameda de pared a pared” em sua marcha final de campanha. Entretanto, chamara a atenção dos observadores

la calidad y cantidad de elemento popular que participó de la manifestación. Miles de obreros formaron en las columnas, con su frente en alto y con sus limpios trajes domingueros... También los empleados, pertenecientes a las diferentes organizaciones gremiales, demostraron su entusiasmo y disciplina... Los independientes, a su vez, hicieron una demostración de fuerza impresionante y, al mismo tiempo, arrolladora para otras postulaciones que alardean de un fingido “independentismo”³⁵⁶.

Mesmo Jorge Alessandri, a despeito de suas proclamadas objeções, também teria seus encontros finais. No dia 23, por ocasião de seu retorno a Santiago após o atentado de Osorno, o candidato foi recebido por uma multidão. Para *El Diario Ilustrado*, a magnitude da presença cidadã demonstrava que Alessandri tinha razão em rechaçar desfile e concentrações, “si se le hubiera hecho, la multitud no habría cabido en el ámbito del Barrio Cívico”. Ainda assim, aquela demonstração se reverteu de especial intensidade porque não havia sido organizada.

Fue esta una auténtica proclamación espontánea del pueblo de Santiago, pues en ella se mezclaron todas las clases sociales. No hubo preparación previa, trabajos preliminares de comités, ni reclutamiento de gente en las columnas adyacentes, ni mucho menos de los pueblos cercanos a la capital... Simplemente la ciudadanía acudió a los alrededores de la estación Mapocho siguiendo el impulso de su conciencia cívica (DI, 23/08/1958, p.3)³⁵⁷

Santiago, a tres días de la elección, anticipó el triunfo de Salvador Allende en los comicios presidenciales del próximo jueves. El acto cívico del 4 de septiembre confirmará lo que ya todo Chile sabe: que el futuro presidente de la república será incuestionablemente Salvador Allende” (ES, 01/09/1958, p.1). *El Mercurio* reconheceu a grandiosidade do comício, mas ressaltou a presença de “numerosos participantes sin derecho a sufragio”. (EM, 01/09/1958, p. 19).

³⁵⁵ Propaganda Oficial da candidatura Salvador Allende. In: *El Mercurio*, 01/09/1958, p. 25.

³⁵⁶ De la secretaria de Don Eduardo Frei. In: *El Mercurio*, 02/09/1958, p.13.

³⁵⁷ Alessandri ainda realizou “impresionantes concentraciones” em Talca e Curicó, destacadas pela secretaria de sua campanha “por su numero, no superado hasta ahora”. De la secretaria del señor Jorge Alessandri. In: *El Mercurio*, 03/09/1958, p.19.

Para exaltar sua força eleitoral, as direções de campanha “disputavam” qual teria sido o encontro mais grandioso³⁵⁸. Embora não se furtasse deste debate, *El Mercurio* procurou ressaltar que isto teria pouca influência sobre um eleitorado que já havia tomado sua decisão. “Al lado de esa movilización de masas interesa destacar la movilización de las conciencias” (EM, 02/09/1958, p.3). A eleição que se avizinhava comovera os espíritos dos chilenos porque a cidadania sabia que o país se encontrava em uma encruzilhada entre democracia e marxismo. Diante das evidentes provas do caráter democrático do povo chileno, os marxistas tentavam suas últimas e desesperadas cartadas. Assim, seria imprescindível que as Forças Armadas, responsáveis pelo controle e fiscalização das eleições, mantivessem a lei e a ordem, com sua tradicional pureza³⁵⁹. Ao respeitar e ao fazer respeitar as leis, as Forças Armadas garantiam os direitos dos cidadãos de votar com suas consciências³⁶⁰. “El pueblo, que siente admiración y orgullo por las Fuerzas Armadas, ese pueblo que ama sus tradiciones y que no ha sido agotado con extranjeras consignas revolucionarias; ese pueblo demócrata y libre, que ansía vivir en el orden y la ley, sabrá comportarse, en esta oportunidad, en el marco de la ponderación que le cabe su cultura” (DI, 03/09/1958, p.3).

No dia da votação, *El Diario Ilustrado* estampou em primeira página: “El país se decide hoy por la inteligencia y la honestidad. Votando por Alessandri”. Em seu editorial, afirmou que a decisão tomada naquele dia não valeria apenas por seis anos, mas se traduziria em “bienestar o en miseria, en orden constitucional o en caos, en acción fructífera o en palabrería hueca, vana y estéril. Y podrá llegar a convertirse en la quiebra de las instituciones fundamentales y en el derrumbe de su economía, si la decisión fuese equivocada”. A despeito deste perigo, o jornal tinha “fe en el triunfo, porque esta victoria será de los ideales

³⁵⁸ O comando frapista mencionou que 200 mil pessoas foram à maior concentração já vista em Santiago. A Democracia Cristã citou uma multidão. Já para os radicais, seu ato público “reunió a más de doscientas mil personas y hoy más que nunca demuestra que es el acto que no ha sido superado por ninguna otra manifestación política. De la secretaria del señor Luis Bossay. In: *El Mercurio*, 01/09/1958, p. 23.

³⁵⁹ Em 1941, durante o governo de Pedro Aguirre Cerda, promulgou-se uma lei especial entregando a custódia dos atos eleitorais às Forças Armadas. Seu objetivo era evitar os confrontos e o controle político do pleito, tendo em vista que esta instituição, por seu perfil constitucional e apolítico, se aterria à lei vigente para garantir o tranquilo funcionamento das zonas de votação.

³⁶⁰ “Las instrucciones que el Gobierno ha impartido a las Fuerzas Armadas y Carabineros acerca de su deber de prestar protección a los ciudadanos contra toda interferencia o coacción que pueda manifestarse en el día de los comicios son de esencial cumplimiento para evitar que actúen brigadas o ligas que bajo pretextos aparentemente honorables traten de dificultar la emisión del sufragio dirigiendo sus ataques en contra de determinadas candidaturas a las cuales el comunismo-socialismo tiene señaladas como sus más peligrosas contendoras” (EM, 03/09/1958, p.3).

constructivos contra los devaneos librescos y contra la demagogia desorientadora” (DI, 04/09/1958, p.3). Já para *El Siglo*, o dilema era outro. “O se prefiere el camino que propugna la reacción y el imperialismo con su candidato máximo, Jorge Alessandri, personero de los monopolios. O se escoge el camino del pueblo y sus fuerzas patrióticas, con Salvador Allende, representante de un programa de realizaciones democráticas y progresistas”. O maciço apoio popular recebido pelo candidato frapista durante sua campanha mostrava que a vitória naquela grande jornada democrática estava ao alcance das mãos do povo (ES, 04/09/1958, p.3)³⁶¹. *El Mercurio*, por sua vez, tentou afirmar sua isenção, trazendo em primeira página um pequeno histórico dos cinco candidatos. Embora formais, os relatos ressaltavam as qualidades “democráticas” de Alessandri, Frei e Bossay. Da mesma forma, em editorial, o jornal voltou a afirmar que se tratava de uma disputa entre duas correntes de opinião: a democracia, representada pelos candidatos citados, contra o marxismo da candidatura Allende.

A despeito das acusações de fraude, interpostas pelo comando da candidatura frapista, o pleito transcorreu sem incidentes mais graves. Os resultados revelaram uma vitória apertada de Jorge Alessandri Rodriguez, eleito com 31.2% dos sufrágios, contra 28,6% de Salvador Allende, em uma diferença de apenas 33.416 votos. Eduardo Frei ficou em terceiro lugar, com 20,5% dos votos, seguido por Luis Bossay, com 15,2%, e Antonio Zamorano, com apenas 3,3% dos votos³⁶².

A vitória do candidato “independente” foi exaltada por *El Mercurio* como a salvação do regime democrático constitucional. Os resultados demonstravam o apoio majoritário do povo chileno à democracia, tendo em vista que o marxismo conquistara apenas um quarto dos votos (EM, 05/09/1958, p.3). Eduardo Frei e

³⁶¹ Em primeira página, além de convocar o povo a ratificar sua vitória, *El Siglo* publicou a “orden del día del comando de la FRAP”. Na comunicação se pedia aos aderentes da campanha, além da assiduidade, a conquista de votos de última hora e a contribuição para a manutenção da lei através de denúncias a “toda forma de cohecho a las respectivas secretarías de la campaña... y a contribuir a la investigación de las personas que lo realizan y los lugares del delito” (ES, 04/09/1958, p. 1).

³⁶² Tomás Moulían, 2009, op. cit., 103. Embora reduzida, a votação de Antonio Zamorano foi interpretada por analistas da época como decisiva para o pleito. Segundo Hernandez Parker, “Antonio Zamorano jugó (con su papel de perro del hortelano) un rol decisivo. Si los diarios de Dario Saint Marie no le hubieran abierto el apetito presidencial a Catalpico, en estos momentos Allende sería el próximo mandatario de Chile”. Elección de Jorge Alessandri Rodriguez y avance de la izquierda. 6 de septiembre de 1958. Op. Cit., p. 130. O “cura de catalpico” com uma postura independente de esquerda conquistou 41.304 sufrágios, votação suficiente para que Allende ultrapassasse Alessandri. Sofia Correa recorda que durante muito tempo circulou entre analistas e historiadores a ideia não confirmada de que a candidatura de Zamorano fora uma manobra da direita para diminuir a votação de Allende. Sofia Correa, op. cit., p. 257.

Luis Bossay reconheceram a vitória de Alessandri e a lisura do processo democrático. Por outro lado, Salvador Allende insistiu que o pleito fora viciado pela fraude, postura classificada por *El Mercurio* como débil e lamentável (EM, 06/09/1958, p.3)³⁶³. *El Diario Ilustrado* entendeu que o triunfo indiscutível de Alessandri nas urnas e nas ruas foi a “demostración de la madurez cívica del pueblo e uma reiteración de su fe en el regimen democrático” (DI, 05/09/1958, p.1). Além de revelar a preferência dos chilenos por determinadas fórmulas de vida democráticas encarnadas por Alessandri (DI, 05/09/1958, p. 3), deveria se ressaltar a mais perfeita ordem democrática em que transcorreria o pleito.

O comando da FRAP ainda tentou afirmar que o trâmite constitucional deveria seguir. Ou seja, Alessandri deveria passar pela eleição no Congresso Pleno, para a qual a candidatura de Allende buscava costurar acordos com os partidos que, em maior ou menor gradação, representavam o clamor nacional pelo caminho do povo. A despeito das acusações de fraude e desta tentativa de seguir na disputa³⁶⁴, *El Siglo* assim definiu o pleito: “Cohecho mancho jornada de ayer. UNA APLASTANTE MAYORÍA DEMOCRATICA REVELÓ EL PAIS. La Derecha no alcanzó 1/3 del electorado nacional” (ES,05/09/1958, p.1, caixa alta do jornal). O resultado indicava que a maioria do país era favorável a mudanças democráticas e que o povo havia encontrado um caminho aberto para seguir lutando. *El Mercurio* contra-argumentou que este entendimento era absurdo, pois a FRAP classificara os seguidores de Frei de “nueva derecha” e rechaçara qualquer aliança com os radicais. Neste sentido, a situação não permitia malabarismos. “La verdad es bien diversa. A partir de esta elección, la auténtica democracia chilena está al frente del comunismo y su transitorio colaborador socialista, con quienes tendría que librar en el futuro batallas para defender el régimen de libertades en que vivimos” (EM, 09/09/1958, p.3)³⁶⁵.

³⁶³ *El Diario Ilustrado*, complementou este argumento argumentando que: “Si el candidato comunista ha opuesto una terca y tozuda negativa en cuanto a aceptación democrática del resultado que declararon las urnas, ello se debe única e exclusivamente a que las fuerzas que lo apoyan son, precisamente, la negación de todo modo democrático y la más clara antítesis de los principios republicanos” (DI, 06/09/1958, p. 3).

³⁶⁴ Os esforços da FRAP em buscar apoios para a eleição no Congresso Pleno seriam frustrados. Alessandri foi ratificado presidente sem dificuldades por 147 votos contra 26 de Allende e 14 em branco. Sergio Carrasco Delgado. *Alessandri: su pensamiento constitucional. Reseña de su vida pública*. Santiago: Jurídica de Chile/ Andrés Bello, 1987, p. 46.

³⁶⁵ Seguindo o mesmo caminho, *El Diario Ilustrado* afirmou que Salvador Allende era um homem desconectado com a realidade vivida. O “abanderado do pueblo”, como ele mesmo se intitulava, revelou-se um político reacionário. “El senador socialista sigue encadenado a la arcaica fórmula de

A partir destas análises nota-se que ambos os lados procuram se colocar ao lado da democracia. No entanto, as interpretações acerca deste conceito se associaram a distintos elementos. Para a “esquerda”, a disputa se dera entre a democracia, então associada ao povo e ao progresso social, *versus* a direita reacionária. Já para a Direita, aqui representada com seus distintos matizes em *El Mercurio* e *El Diario Ilustrado*, o embate se deu entre a democracia e o totalitarismo comunista, com a primeira sendo associada à ideia de ordem e a manutenção das instituições vigentes.

A polarização também se evidenciou no impressionante crescimento eleitoral de Salvador Allende. Enquanto no pleito de 1952 sua votação alcançara apenas 5,4% dos eleitores, em 1948 este percentual saltou para 28,6%³⁶⁶. Reconhecido por *El Mercurio*, o avanço da “extrema esquerda” levou o jornal a alertar o novo governo de que se deveria realizar uma vigorosa política de massas para recuperar a adesão “de muchos ciudadanos que fueron engañados” pelo envolvente movimento da FRAP. Já entre os aderentes de Allende, ficou a sensação de que a vitória definitiva estava próxima e que as possibilidades de triunfo nas eleições seguintes eram grandes³⁶⁷. Não por acaso, Salvador Allende declarou: “hoy somos más fuertes que ayer” (ES, 09/09/1958, p.1).

O crescimento eleitoral de Allende foi o destaque de muitas análises. Para o colunista político Luis Hernandez Parker, proporcionalmente Allende partira das piores condições para atingir uma votação avassaladora, se apresentando como porta-voz de reformas profundas e mudanças urgentes para as camadas populares. “Su sensacional avance indica que el pueblo quiere esas reformas”. Além disto, destacou sua penetração nas zonas rurais.

Su repercusión en el futuro le dará un nuevo carácter a las luchas sociales chilenas. De esta manera, la reforma electoral cumplió su papel... El campesino

que Chile está separado por derechas y izquierdas... esta querella... dejó de existir desde que el mundo, conmovido por otros problemas y amenazas, se dividió entre comunistas y anticomunistas, en el orden político, y en libro-empresarios e intervencionistas, en el campo económico”(DI, 10/09/1958, p.3).

³⁶⁶ Mesmo se considerarmos a diferença nos números de votação da FRAP nas eleições parlamentares de 1957 para as eleições presidenciais de 1958, os números ainda são muito relevantes, pois o número de sufrágios recebidos na ocasião atingiu apenas 10,7% do eleitorado. Sofia Correa, op. cit., p. 256. Deve-se destacar ainda que Allende venceu a votação entre os homens obtendo 31,9% dos votos contra 29,7 de Alessandri. No entanto, só alcançou 22,1 % entre as mulheres contra 33,8% de Alessandri. Tomás Moulian, 2006, op. cit., p.189.

³⁶⁷ Tomás Moulian ressalta que para muitos dos apoiadores de Allende esta impressão era uma certeza, pois, naquele tempo, a esquerda olhava o desenvolvimento histórico desde a teoria do progresso. 2006, op. Cit., p. 189.

que antes votó bajo el control del patrón, esta vez se encerró en la cámara secreta a solas con su conciencia y votó por Allende. De este modo, el 4 de septiembre se destrozó aquel muro feudal que impedía que el huaso y su compañera fueran verdaderos ciudadanos. Si Gabriel González fue la revolución industrial, Allende es la revolución social en el campo³⁶⁸.

De forma acertada, ao contrário do que fizera no pleito complementar de 1957, quando atribuiu a vitória da FRAP a uma circunstancial resposta da população ao aumento dos preços, Hernandez Parker ressaltou a importância de aspectos estruturais na alteração do cenário político chileno. Neste sentido, não é de menor importância a expressiva votação de Eduardo Frei. Em seus discursos, tanto Allende quanto Frei incorporaram uma tentativa de compreensão e apreensão das crescentes demandas populares. Como vimos, este processo de “inclusão” do povo e de suas demandas no discurso político já se mostrara evidente na vitória de Ibáñez nas eleições de 1952 e ganhara corpo no campo partidário através da reconfiguração das forças político-partidárias no agitado contexto de 1957. Com os efeitos catapultados pela reforma eleitoral, pela primeira vez, e ainda que de forma vacilante, consideraram-se os desejos de uma parcela da população que estava praticamente alijada do processo eleitoral, ou submetida às pressões do suborno e da fraude. Os camponeses e os “pobladores” da periferia urbana então se constituíram em fator decisivo para os pleitos. Neste cenário, também se evidenciou uma maior relevância de uma compreensão da ideia de democracia, mais associada à ampliação da participação, à justiça social e à igualdade.

Com relação aos triunfantes partidos de direita, cabe destacar que sua vitória foi influenciada por um cenário dividido³⁶⁹. Agremiações que nos vinte anos anteriores competiram de forma conjunta, daquela vez entraram na disputa com suas próprias forças. Além disto, os partidos tradicionais apoiaram um candidato que contava com irrestrito apoio do empresariado chileno e que fazia questão de afirmar sua independência, afastando-se das “formas de fazer política” destes partidos. Como bem destacou Hernández Parker, Alessandri contou com a

³⁶⁸ Luís Hernández Parker. Elección de Jorge Alessandri Rodríguez y avance de la izquierda. 6 de septiembre de 1958. Op. Cit., p. 129 -130.

³⁶⁹ Tomás Moulain considera que a vitória de Alessandri se deu em função da impossibilidade de construção de alianças como ocorreu em outras eleições. Dividido entre dois candidatos, o centro político não foi capaz de atrair nem a esquerda nem a direita. Neste cenário, deveria se considerar ainda o reforço de um discurso sobre a “ameaça allendista” e a instalação de um governo totalitário em caso de vitória do candidato das esquerdas. 2009, Op. Cit., p. 198.

confiança ilimitada do capitalismo chileno. “No presentó ni programas ni planes. El programa era él. Rechazó las teorías y los esquemas. Se exhibió como un político realista y realizador”³⁷⁰. Ainda assim, o propalado favoritismo da candidatura Alessandri se converteu em uma vitória apertada. Neste sentido, cabe refletir sobre a insistência em um discurso que parecia dar sinais de desgaste. Em primeiro lugar, o debate evidenciado na imprensa insistiu em desqualificar a capacidade de atuação das camadas populares. As noções de povo e massa, por vezes, ainda apareceram associadas a uma camada da população passível de sofrer a influência demagógica de interesses políticos particulares³⁷¹. Não sem razão, jornais como *El Mercurio* e *El Diario Ilustrado* respaldaram suas análises na “opinião pública nacional”, e não no “povo”. Em segundo lugar, não só se insistiu em uma noção de democracia representativa ligada à noção de ordem, na qual a participação da população se mostrava limitada, como se reforçou a oposição entre democracia e comunismo, e a inserção do Chile em um cenário de disputas mundiais, mesmo diante de um aparente arrefecimento das tensões internacionais. A própria ideia de legalidade ainda apareceu a serviço da defesa do regime democrático contra uma ameaça externa, independente de possíveis atropelos às liberdades fundamentais, como demonstrou o derrotado discurso contrário à derrogação da *Ley Maldita*. Como se verá, anos depois a força destas interpretações traria sérias consequências à cena política chilena.

³⁷⁰ Luís Hernández Parker. Elección de Jorge Alessandri Rodríguez y avance de la izquierda. 6 de septiembre de 1958. Op. Cit., p. 130.

³⁷¹ *El Diario Ilustrado*, ao analisar os resultados do pleito e os caminhos que deveriam ser tomados em busca da efetiva “madurez cívica” do povo chileno, ainda comentava que “Alessandri obtiene más mayor número de votos en aquellos centros donde el obrero, por su cercanía a un ambiente más culto, está en mejores condiciones para apreciar el Gobierno que conviene al país. La extrema izquierda obtiene votos adoptando dos procedimientos: uno, explotando la buena fe de grandes conglomerados que todavía son dóciles a la promesa y al engaño, que es una de las fórmulas más crueles del cohecho; y, el otro, por la presión que ejerce el comunismo en los sindicatos, a través de una poderosa organización proselitista.”(DI, 08/09/1958, p.3).